



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Departamento de Saúde I, Curso de Educação Física
Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional - PROEF

EVERALDO ALVES JUNIOR

**A REPRESENTAÇÃO DO ESPORTE NOS DOCUMENTOS
CURRICULARES REFERENCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO NO
NORDESTE DO BRASIL**

JEQUIÉ
2024



EVERALDO ALVES JUNIOR

**A REPRESENTAÇÃO DO ESPORTE NOS DOCUMENTOS
CURRICULARES REFERENCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO NO
NORDESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientador: Professor Doutor Roberto Gondim Pires

JEQUIÉ
2024

A474r Alves Júnior, Everaldo.

A representação do esporte nos documentos curriculares referenciais para o ensino médio no nordeste do Brasil / Everaldo Alves Júnior.- Jequié, 2024.

62f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Gondim Pires)

1.Esporte 2.Representação 3.Documentos curriculares referenciais
4.Educação física escolar I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
II.Título

CDD – 613.7042



EVERALDO ALVES JUNIOR

A REPRESENTAÇÃO DO ESPORTE NOS DOCUMENTOS CURRICULARES REFERENCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO NO NORDESTE DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientador: Professor Roberto Gondim Pires.

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Nome e título
Universidade

Membro Titular: Nome e título
Universidade

Membro Titular: Nome e título
Universidade

Local: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Campus Jequié, Departamento de Saúde I
UESB-JEQUIÉ

AGRADECIMENTOS

À Capes/PROEB – Programa de Educação Básica pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) por possibilitar a evolução do crescimento científico de nós professores da rede pública do estado da Bahia.

A todos os professores, pela dedicação, exigência e empenho, contribuindo de forma sine qua non para o avanço do capital Intelectual da nossa turma.

A meu “Orientaceiro”, orientador e parceiro, Prof. Dr. Roberto Gondim Pires, pelo apoio incansável, principalmente nos momentos mais difíceis durante o processo de construção do trabalho.

Aos meus dirigentes, funcionários e colegas do ProEF, do Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia, e da SEDUC/SEMEC da cidade de Dias D`Ávila pela parceria desses anos de estudo e trabalho.

A minha família, especialmente a meu pai Everaldo Alves, (In memoriam), minha mãe Marcionilha Dantas Alves (In memoriam), e meu filho Yan Brandão Alves, pela paciência e compreensão da ausência em prol dos estudos, e todos meus amigos que ajudaram de alguma forma na realização desse sonho, em especial para Rogério Tosta de Almeida, pelos longos anos de parceria e amizade, sendo de fundamental importância para meu crescimento profissional desde a minha especialização, e agora no Mestrado, pelo aceite na participação da minha banca examinadora.

ALVES JUNIOR, Everaldo. **Representação do esporte nos Documentos Curriculares Referenciais para o Ensino Médio no Nordeste brasileiro.** 2024. 62if. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional-ProEF), Universidade Estadual da Bahia, Jequié, 2024.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado inserida no ProEF Programa de Educação Básica – através da oferta do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional. Tem como título: Representação do esporte nos Documentos Curriculares Referenciais para o Ensino Médio no Nordeste brasileiro. O país vem sendo constantemente mobilizado a discutir a Educação, no sentido de repensar o seu Sistema Educacional em nível nacional e toda a complexidade que dele deriva, sobretudo refletindo acerca dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos estudantes. Dentre as estratégias legais, para superar as problemáticas que persistem e orientar o ensino, pensando os Documentos Curriculares Referenciais para as etapas da Educação Básica. Para o desenvolvimento desta pesquisa, focamos na etapa Ensino Médio. Neste cenário, está inserida a Educação Física como disciplina escolar que tem como um dos seus conteúdos principais os Esportes, prática corporal de grande representação social. Diante disto, temos como objetivo analisar como é apresentada a representação do Esporte nos Documentos Referenciais Curriculares Para O Ensino Médio, no Nordeste do Brasil, sendo, então, uma pesquisa de caráter documental. Assim, a Representação do Esporte está situada nesta conjuntura específica que ora dialoga com o rendimento, ora se distanciam. Contudo, outras pesquisas precisam ser realizadas para aprofundar a questão da Representação do Esporte na formação de professores.

Palavras-chave: Esporte; Representação; Documentos Curriculares Referenciais; Educação Física Escolar.

ALVES JUNIOR, Everaldo. **Representation of sport in the Reference Curricular Documents for High School in the Brazilian Northeast**. 2024. 62if. Dissertation (Professional Master's Degree in Physical Education in the National Network-ProEF), State University of Bahia, Jequié, 2024.

ABSTRACT

The present work is a master's degree research included in PRO-EF – Basic Education Program – through the offer of the Postgraduate Program in Physical Education on a National Network. Its title: Representation of sport in the Reference Curricular Documents for High School in the Northeast of Brazil. The country has been constantly mobilized to discuss Education, in order to rethink its Educational System at a national level and all the complexity that derives from it, especially reflecting on the rights and learning and development objectives of our students. Among the legal strategies, to overcome the problems that persist and guide teaching, the Referential Curricular Documents were designed for the stages of Basic Education. To develop this research, we focused on the High School stage. In this scenario, Physical Education is included as a school subject that has Sports as one of its main contents, a bodily practice with great social representation. In view of this, our objective is to analyze how the representation of Sport is presented in the Curricular Reference Documents for High School, in the Northeast of Brazil, being, therefore, a documentary research. Thus, the Representation of Sport is situated in this specific situation that sometimes dialogues with performance, and sometimes distances itself. Its projection in the two Physical Education Degree courses at two State Universities in Bahia points to a similar direction. However, further research needs to be carried out to delve deeper into the issue of Sports Representation in teacher training.

Keywords: Sport; Representation; Referential Curricular Documents; School Physical Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DOCUMENTOS CURRICULARES REFERENCIAIS: ONDE COMEÇA ESSA HISTÓRIA?	16
2.1 ESPORTE, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO: E UM BREVE HISTÓRICO DESTES FENÔMENOS	20
2.2 OS DOCUMENTOS CURRICULARES REFERENCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO NO NORDESTE BRASILEIRO: A REPRESENTAÇÃO DO ESPORTE	28
3 PRODUTO EDUCACIONAL: CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ESPORTE E SUAS REPRESENTAÇÕES DIALOGANDO COM OS DOCUMENTOS CURRICULARES REFERENCIAIS DA BAHIA PARA O ENSINO MÉDIO	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Começo a delinear minha motivação para este estudo, pontuando a inserção das minhas memórias. O esporte chegou a minha vida de forma empírica, ainda criança, participando das aulas de Educação Física, no pátio da Escola Estadual Getúlio Vargas, no bairro do Barbalho, em Salvador/Bahia. As aulas aconteciam no pátio, pois a escola não possuía quadra poliesportiva. Isso se deu na década de 1970, quando a predominância, no meu contexto escolar, era de ginástica calistênica, devido à influência do regime militar vigente. Ainda assim, nós vivenciávamos o esporte naquele espaço, o que foi ponto de partida para o meu envolvimento com o esporte e, posteriormente, com a Educação Física, enquanto profissional.

Nesta cena, tornei-me docente de Educação Física, sendo professor da Educação Básica, onde pude desenvolver ainda mais diversas questões e lidar com o esporte a partir de outra perspectiva, como professor. Então, entre paixões e questionamentos sobre a área, tenho vivido a Educação Física (EDF) (Educação Física) durante grande parte da minha vida, o que tem me motivado a desenvolver, além de uma ação docente consciente que seja significativa para meus educandos, estudos e construções científicas mais formais para buscar compreender o que me inquieta em sala de aula.

Desde então, tenho trabalhado no sentido de encontrar respostas às inúmeras questões que emergem do trabalho docente. São tantos desafios e angústias que se tornam impossíveis não viver em constante questionamento, em constante crise, nos movendo a continuar estudando, produzindo, buscando. Por estes motivos, estar aqui, cursando o Mestrado Profissional em Educação Física, faz parte deste processo incessante de busca por resposta a questionamentos conflagrados em minha vivência profissional.

Neste sentido, vejo diante de mim um grande desafio: contribuir para que o conhecimento em Educação Física seja tratado em sua completude, com intencionalidade pedagógica, ressignificando a prática docente. Creio que este, também, é o desafio diário de muitos colegas que têm buscado trabalhar de forma coerente com seu projeto de escola e de sociedade. Neste sentido, me junto a cada um deles, nas dúvidas, mas também nas buscas cotidianas, nesse

processo de construção e de investigação para que possamos contribuir de forma mais efetiva com a área e construção de sociedade em que acreditamos.

Nesse sentido, comungamos com Sousa e Souza (2021) que, ao analisarem o trabalho de Piaget, destacam como ele encara o conhecimento como parte do comprometimento do indivíduo com o meio em que ele pertence, atuando sobre o objetivo em busca de transformação, e quando transformado a ação se torna acomodadora, retornando a necessidade de mudanças. É nesta perspectiva que situamos nosso trabalho, contribuir com a construção do conhecimento constante que possa contribuir com a transformação social.

Desta forma, para a realização desta pesquisa, o interesse particular reside em compreender a representação atribuída ao conteúdo Esporte no âmbito dos documentos oficiais, diga-se: os Documentos Curriculares Referenciais¹(DCR) Para o Ensino Médio que orientam a prática pedagógica do esporte, nos Estados do Nordeste Brasileiro.

As representações podem ser compreendidas como uma leitura da realidade constituída por meio dos pensamentos dos indivíduos de um determinado grupo, que juntos produzem um núcleo central, onde são traduzidos suas ideias, pensamentos e a compreensão sobre um determinado objeto ou fenômeno. A Representação Social, como abordagem, possui grande importância nos estudos onde se busca a compreensão de fenômenos sociais para criar mecanismos adequados de atendimento às necessidades de determinado grupo (Sousa; Souza, 2001). Por isso, este conceito nos é central e apresenta uma forma importante de análise dos esportes nos documentos educacionais, centralmente nos que analisamos aqui.

Ainda, podemos destacar a relevância dos estudos que utilizam a Representação social e a importância dela para esta pesquisa, pois a representação social, como forma de conhecimento elaborado e compartilhado entre determinados grupos, tem objetivo prático na construção da realidade social (Sousa; Souza, 2001). Desta forma, ao analisarmos os documentos desta pesquisa, teremos não apenas uma percepção sobre a construção do

¹ Há Documentos de alguns Estados que apresentam títulos levemente diferentes, mas por todos se tratarem de Documentos Curriculares Referenciais, tomaremos este termo para tratar de todos.

conhecimento, da imagem do esporte, mas veremos como objetivam inferir no contexto escolar através da representação dispensada ao esporte.

Outro ponto que cabe ser explicado aqui é nossa escola pela etapa do Ensino Médio. Acreditamos que, nesta etapa da Educação Básica, os educandos possuem maior capacidade de compreensão da realidade e, por isso, os Documentos Curriculares Referenciais podem apresentar uma estrutura mais elaborada quanto à representação dos esportes, dando-nos mais profundidade nas análises e debates. Além disso, os jovens, que estão na etapa do Ensino Médio, estão passando pela fase de consolidação de conhecimento do mundo concreto, de mudanças na própria vida que caminha para assumir responsabilidades mais firmes, fazendo com que a atenção a este público seja cuidadosa e criteriosa para que conclua a Educação Básica como jovens críticos que irão contribuir significativamente com a sociedade e tenha autonomia para fazer escolhas benéficas para suas próprias vidas.

Sobre a juventude na participação da vida escolar do Ensino Médio, Sposito, Almeida e Tarábola (2020, p. 314), após análise de produções no campo, apontam algo importante:

Assim, nas análises voltadas ao escrutínio da participação de estudantes no Ensino Médio brasileiro no interior das instituições escolares, constata-se algumas convergências, como o peso da herança das lutas sociais e das formas organizativas estudantis e dispositivos legais visando à participação, sobretudo depois da Constituição de 1988. Os estudos percorrem os desafios que as jovens gerações de estudantes enfrentam para se organizar, participar e fazer valer suas posições em dispositivos e coletivos institucionais de gestão e deliberação presentes nos estabelecimentos de ensino. Se, por um lado, destacam a ocorrência de uma crise de participação dos estudantes na dinâmica social da escola, sublinham, por outro, a emergência de outras e novas práticas participativas dos alunos, buscando combinar e conciliar os tempos da cultura escolar e os tempos da vivência da juventude, marcada pela multiplicidade de pertencimento a variados círculos sociais de socialização, produção de sociabilidades e processos de subjetivação (Carrano, 2002; Ghanem, 2004; Sposito; Brenner; Moraes, 2009; Leão; Santos, 2018; Martins; Dayrell, 2013).

Ou seja, o trabalho da Educação, nos seus aspectos políticos, leva em consideração as características desse público jovem que passa pelo Ensino Médio. Ainda, Sposito, Almeida e Tarábola (2020) apontam como a participação desse grupo se orienta menos pelos sentidos canônicos estabelecidos na esfera do conhecimento acadêmico, os valorizados pelas gerações adultas ou ainda

pelos sentidos tradicionais da participação que estruturam, e põem em movimento o sistema político institucional que os encerram aos exercícios de influência dos atores políticos ou aos momentos de tomada de decisão no âmbito dos processos políticos, seja em contextos de democracia representativa ou de democracia participativa e deliberativa, apontando uma dupla influência entre o grupo de jovens e as políticas públicas.

Logo, é neste sentido que encaramos o público jovem da etapa do Ensino Médio para poder percebê-los nas representações construídas nos Documentos Curriculares Referenciais do Nordeste Brasileiro, aqui estudados. É importante também lembrarmos que a Base Nacional Comum Curricular considera esta última etapa da Educação Básica inter-relacionada às outras etapas, mas nesta há um direcionamento específico para o tratamento de pessoas jovens com a projeção para o universo do trabalho e/ou acadêmico.

Neste sentido, precisamos ainda contextualizar outro aspecto do nosso estudo, que é o Nordeste do país. Vamos ver que esta região do Brasil é composta por 09 estados, com população estimada em 54,6 milhões de habitantes, área territorial de 1.558.000 Km², como aponta o Censo do IBGE (Fusco; Ojima, 2023).

A região Nordeste, embora tenha uma população considerável, apresenta a menor taxa de crescimento, 0,24%, como visto. Historicamente, esta região enfrenta desafios econômicos e sociais, e a inércia dos movimentos emigratórios que leva nordestinos para outras regiões há décadas, associada à falta de oportunidades de emprego, pode estar na explicação desse baixo crescimento. A relação entre o baixo crescimento populacional e saldo migratório negativo só poderá ser confirmado após a divulgação dos resultados completos do Censo Demográfico de 2022, mas é uma hipótese a se considerar, pois esta região tem a segunda maior taxa de fecundidade do Brasil e a terceira menor taxa de mortalidade. Ou seja, maior número de saídas do que entradas de pessoas na região no período intercensitário pode ter grande peso na explicação do baixo crescimento observado (Fusco; Ojima, 2023, n.p).

Apesar de índices gerais, em projeção nacional, apontarem números que possam parecer desestimulantes, em alguns sentidos, esta é uma região de rico potencial cultural e que apresenta potenciais educacionais relevantes, inclusive como aponta as notas de redações do Exame Nacional do Ensino Médio, colocando os estados do Nordeste como destaque em recorrentes anos.

Dentre as estratégias para melhoria da educação no Nordeste e em todo o país, temos diversos documentos legais que buscaram e buscam este objetivo. Um deles, muito importante, que oriente a prática docente no cotidiano escolar é o Documento Curricular Referencial.

O documento curricular referencial é o documento normativo de cada Estado. Deve apresentar a articulação dos conteúdos a serem trabalhados a temática da contemporaneidade a partir de temas integradores. Tem por objetivo ser um guia para profissionais que trabalham diretamente com o processo ensino-aprendizagem, refletindo sobre objetivos, conteúdos e diretrizes institucionais de natureza educacional (Dos Santos *et al.* 2022, p. 85).

Desta forma, podemos ver como este tema pode ser considerado relevante para o debate tanto na Educação, como, mais especificamente, na Educação Física. Porém ainda são incipientes os estudos que se busquem trabalhar sobre o Esporte nos DCRs. Assim, nos reforça a inquietação para buscar, através de novas análises, observar, identificar e sugerir a inclusão e/ou possíveis apontamentos que se façam necessários para o aprimoramento desta temática de forma sistemática, de maneira planejada e crítica, abordando a representação do Esporte em tais documentos.

Desta forma, buscamos elaborar uma pesquisa com abordagem qualitativa de cunho exploratório e documental, buscando leituras novas sobre fatos e fenômenos de determinada realidade, no caso, a representação do esporte nos DCRs. A maioria das análises realizadas no campo da educação é exploratória e/ou descritiva, tendo como foco essencial o desejo de conhecer as escolas, as reformas curriculares, os métodos de ensino, os professores, a educação para o trabalho e os problemas escolares (Triviños, 1987). A abordagem qualitativa atua em níveis de realidade e tem como objetivo trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis (Serapioni, 2000).

Nesta linha de pensamento, como pesquisa documental, utilizamos centralmente os Documentos Curriculares Referenciais (DCR), especialmente no seguimento da etapa do Ensino Médio, produzido por todos os Estados do Nordeste do Brasil e normatizados e regulamentados pelos seus respectivos Conselhos Estaduais de Educação. Também, buscamos analisar duas matrizes curriculares de dois cursos de licenciatura em Educação Física no Estado na

Bahia, para que pudéssemos visualizar as representações nos DCRs e nesses dois cursos de formação de professores.

Portanto, investigar esses documentos, e as representações construídas sobre o esporte, pode contribuir para orientação e reorientação de práticas deste conteúdo que se constituiu e ainda se constitui na ação privilegiada nas aulas de Educação Física.

As aulas de Educação Física se constituem num espaço de discussão e apropriação de saberes esportivos constituídos a partir da coletividade, promovendo, por meio das ações pedagógicas participativas, inclusivas e cooperativas, a autonomia e responsabilidade dos envolvidos no processo de experimentação e vivência prática das aulas realizadas neste estudo. Considerando o movimento como o objeto central do campo, toda e qualquer apropriação dele por meio de uma ação pedagógica planejada e estruturada, a partir dos delineamentos de uma prática sustentada na ação reflexiva, poderá ocasionar e transpor o fazer pelo fazer, possibilitando a vinculação do ser e do saber (Costa *et al.* 2018, p. 1078).

Diante de toda contextualização apresentada até aqui, estabelecemos então como questão de pesquisa: Qual a representação do Esporte nos Documentos Referenciais Curriculares Para O Ensino Médio, no Nordeste do Brasil? Analisar qual a representação do Esporte nos Documentos Referenciais Curriculares Para O Ensino Médio, no Nordeste do Brasil.

No sentido de nortear mais delineadamente cada parte desta pesquisa, temos como objetivos específicos:

- Analisar o debate e contexto dos DCRs do Nordeste Brasileiro;
- Compreender a representação construída sobre o esporte nestes DRCs para o Ensino Médio;
- Analisar as aproximações e distanciamentos na representação do esporte dos DCRs dos diferentes Estados do Nordeste e na matriz curricular de dois cursos de licenciatura do estado da Bahia;

Nesse sentido, a pesquisa científica, de abordagem qualitativa e de natureza exploratória, dialoga com a realidade estudada para melhor compreender os fatos, aproximando o pesquisador do ambiente pesquisado, além de ampliar as análises, interpretações e compreensões acerca da própria

pesquisa como um todo, notadamente de objetos, campos e contextos pouco explorados. Em conformidade com estas proposições, Gil (2010), Minayo (2011), Ludke e Richardson (2012) e André (2018) afirmam que a essencialidade da pesquisa qualitativa é a interação do pesquisador com o universo pesquisado.

Segundo Richardson (2012) e Minayo (2011), o método qualitativo não utiliza dados estatísticos como base para sua análise. Ao invés disso, o pesquisador pode descrever, de forma mais específica, o universo de significados e as características de situações diversas apresentadas no decorrer da pesquisa que não se reduzem à quantificação.

Considerando as fases e processos da pesquisa qualitativa, a qual Minayo (2012) chama de ciclo de pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o esporte como conteúdo da Educação Física e suas representações nos Documentos Curriculares Referenciais e, também, como aparecem nas matrizes curriculares dos dois cursos de licenciatura selecionados. Em seguida, buscamos realizar o mapeamento dos DCR produzidos pelos Estados do Nordeste do Brasil para o Ensino Médio, considerando a questão de estudo e os objetivos que norteiam esta pesquisa.

O levantamento de tais informações foi realizado a partir da análise documental, o que se justifica com base nos preceitos apontados por Ludke e Menga (2018), segundo os autores, este método possibilita a complementação do trabalho investigativo com novos dados, a manipulação de vários tipos de documentos com a finalidade de estudar e analisar as informações factuais referentes às questões de interesse do pesquisador. No caso desta pesquisa, os documentos são os nove Documentos Curriculares Referenciais dos Estados do Nordeste do Brasil e duas matrizes curriculares de cursos de licenciatura em Educação Física de duas Universidades Estaduais da Bahia, tendo como objetivo identificar a representação sobre Esporte como conteúdo Educação Física para o Ensino Médio nestes documentos.

As fontes documentais proporcionam ao investigador a vantagem de imergir por diferentes fontes de pesquisas, permitindo uma amplitude de conhecimentos referentes a sua pesquisa, o que a torna singular quando o problema de pesquisa requer dados dispersos (Gil, 2010), principalmente quando se trata de conceitos, objetos e temáticas pouco abordadas, como é o

caso desta pesquisa que se propõe articular a Educação, Educação Física, Esporte e Ensino Médio.

Em seguida, realizamos uma revisão sistemática nos sites de busca: Periódicos Capes (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); Scielo (ScientificElectronic Library Online) e Scholar (Google Acadêmico). Os descritores utilizados nestas buscas foram: “Educação Física Escolar”, “Esporte”, “Documento Curricular Referencial” e “Representação”, para melhor entender o processo de abordagem do esporte nas escolas de Ensino Médio, buscando dialogar com trabalhos já produzidos na área.

Desta forma, cabe apontarmos aqui como está estruturada esta pesquisa. Neste ponto, tratamos na Introdução os aspectos panorâmicos sobre o tema e nos aprofundamos nos aspectos metodológicos da pesquisa. Em seguida, partimos para o próximo capítulo que trata da análise dos dados mais especificamente e com mais profundidade. Então partimos o produto educacional que foi possível construir a partir das nossas análises aqui realizadas e as considerações finais.

2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DOCUMENTOS CURRICULARES REFERENCIAIS: ONDE COMEÇA ESSA HISTÓRIA?

Nos últimos anos, o cenário educacional tem passado por transformações significativas, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de diretrizes e documentos curriculares referentes à Educação Básica. Estes documentos têm sido elaborados com o intuito de orientar e direcionar os processos de ensino e aprendizagem nesse nível de escolaridade, fornecendo subsídios tanto para os educadores quanto para os gestores educacionais.

Neste sentido, há muito tempo o Brasil vem sendo constantemente mobilizado a discutir a Educação, no sentido de se repensar o seu Sistema em nível nacional e toda a complexidade que dele deriva, sobretudo refletindo acerca dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. É fundamental registrar que, desde a Constituição Federal de 1988, existem sinalizações quanto à urgência de se estabelecer uma base mínima para a Educação do país, como podemos ver:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Brasil, 1988, Art. 210).

Também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) indica que a União, os Estados e os Municípios deverão organizar, em regime de colaboração, os seus respectivos sistemas de ensino, asseverando também a necessidade de constituição de uma Base Nacional Curricular Comum:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996, Art. 26).

Tais aparatos legais combinados com a participação de especialistas e militantes da Educação em fóruns específicos e, sobretudo, nas instâncias democráticas das Conferências Municipais, Territoriais, Estaduais e Nacional de Educação propuseram, em 2010, a indicação das bases epistemológicas que garantiriam a configuração de um currículo que contemplasse, ao mesmo tempo, uma base nacional demandada pelo Sistema Nacional de Educação e as especificidades regionais e locais. E, em 2014, houve a elaboração, mediante consulta pública nacional, da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental e médio, nas diversas modalidades a serem atingidas nos tempos e etapas de organização destes níveis de ensino, com vistas a garantir formação básica comum, garantindo assistência técnica e financeira (CONAE, 2014).

A já conhecida Base Nacional Comum Curricular – BNCC pressupõe, então, que:

Conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais (Brasil, 2018, Art. 14).

Nesse sentido, está demonstrado que tanto do ponto de vista das normas legais, quanto das reflexões dos trabalhadores da Educação, existe um desejo de estabelecimento de novas diretrizes pedagógicas para a Educação Básica. Isto implica repensar todo o sistema educacional, desde os currículos, o ensino, o aprendizado, a formação docente, o material didático, enfim, a própria organização e gestão das instituições de ensino. Todo esse movimento legal apresentado, então, intuiu, em maior ou menor grau, melhorias na Educação Básica Nacional.

O mesmo documento expressa que, prevista na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e no Plano Nacional de Educação, de 2014, a BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral e desenvolvimento pleno dos estudantes, voltada ao acolhimento com respeito às diferenças e sem

discriminação e preconceitos. Ou seja, no plano da escrita, se busca uma equidade necessária à educação no país, onde a Base Comum se articula com a parte específica para legitimar tal objetivo.

Após anos de lutas históricas em que muitos se dedicaram e sonharam (Lioti;Zanatta, 2020), sobretudo por reconhecerem a Educação e a Base Nacional Curricular Comum como uma conquista social, inclusive por propor um conjunto de aprendizagens essenciais para todos os alunos, ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, em 2016, toda sociedade foi surpreendida com a quebra democrática no Brasil, com a destituição de uma presidenta sem crime de responsabilidade – atualmente, inocentada das acusações – e a conseqüente eleição de um chefe do Executivo Federal que demonstrou sua aversão a tudo que é científico, educativo e formativo.

Isso resultou na diminuição das instâncias de diálogo, aumento das incertezas de investimentos, ampliação das dúvidas nas políticas públicas para a Educação e, mesmo, no desmonte de conquistas historicamente construídas. Todo este universo pedagógico aconteceu em meio a um cenário bastante confuso no que se refere à legitimidade do que estava acontecendo e pior, do que estava sendo proposto. Sem dúvida isso gerou um grande complicador na prática docente e em tudo que fosse relativo ao processo educativo.

No plano nacional, a Educação, como política pública, apresenta complexidades imensuráveis. Já nos planos locais, essa complexidade se acentua, principalmente, pelas incertezas em uma área que, apesar de possuir balizas normativas, patina nas suas implementações e sofre com as dificuldades locais.

Os Documentos Curriculares Referenciais foram desenvolvidos a partir da política curricular tem como marco o Projeto de Lei (PL) nº 6.840/13, que propunha, entre outras disposições, instituir “a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos em áreas do conhecimento” (BRASIL, 2013)”. Ainda não podemos perder de vista que foi a partir do referido PL que o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), constituiu Grupos de Trabalho (GT) temáticos voltados para estudos dos temas centrais para a reforma do Ensino Médio brasileiro. Os GTs foram integrados pelos/as secretários/as estaduais de educação e técnicos/as dos

setores responsáveis pela coordenação do Ensino Médio das Secretarias de Educação, das 27 (vinte e sete) Unidades Federativas (UF) e do Distrito Federal (DF) (DCR/BA, 2021). Isso nos reforça a atenção e qualificação na construção destes documentos.

Neste sentido, defendemos neste estudo que as políticas públicas servem ou deveriam servir para direcionar a aplicação e alocação de recursos com vistas ao uso racional destes recursos e implementação de ações e programas que resultem na melhoria da qualidade educacional, bem como o conhecimento tácito dos docentes e formadores educativos destes documentos educativos oficiais. Segundo Hill (2006), o modelo de análise da implementação de política de cima para baixo, separando a formulação da implementação de ações, tem se revelado ineficientes e ineficazes. Para Hofling (2001), a relação entre Governo, Estado e políticas públicas deve ser considerada, uma vez que esta implica, na formulação das políticas, conflitos de interesse, arranjos realizados nas três esferas de poder que permeiam as instituições do Estado e da sociedade em geral.

Nesse contexto, a criação dos Documentos Curriculares Referenciais para a Educação básica e, em especial aqui para o Ensino Médio, representa um marco na organização e planejamento da educação no Brasil, ainda que críticas existam sobre tais documentos. Eles têm como objetivo principal estabelecer as bases curriculares comuns para todas as escolas do país, garantindo uma formação sólida e abrangente para os educandos. Esses documentos são fundamentados em princípios pedagógicos e metodológicos que visam promover uma educação de qualidade, alinhada às necessidades da sociedade contemporânea, onde os esportes se localizam dentro da disciplina da Educação Física e é o foco de nossa análise.

Nos Documentos Curriculares Referenciais para o Ensino Médio, a Educação Física Escolar é reconhecida como uma disciplina essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. Ela, dentro da área de Linguagens, favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas, motoras, contribui para formação de jovens críticos e autônomos. Além disso, a Educação Física Escolar, de um modo geral, desempenha um papel importante na formação de valores, atitudes e comportamentos relacionados à prática de

atividades físicas e esportivas dentro do contexto social, assim formando a cena social que desejamos ver.

Apesar dos avanços na inclusão da Educação Física nos Documentos Curriculares Referenciais para o Ensino Médio, ainda existem desafios a serem superados. Um dos principais desafios é garantir a efetiva implementação dessas diretrizes nas escolas, pois, apesar do esforço das entidades reguladoras, a maioria dos profissionais desconhece tais documentos. Além disto, o trato dispensando aos conteúdos da Educação Física nos DCRs merecem ser analisados mais detidamente e é o que nos propomos aqui quantos às representações construídas em torno do Esporte.

Neste sentido, Bracht (1997) aponta para a relevância que o esporte ganhou socialmente e como é o esporte de alto rendimento que em linhas gerais, ainda fornece o modelo de atividade para grande parte dos esportes enquanto atividades de lazer e, também, na educação. Isso aponta uma linha que destoa, em parte, do processo educativo pela visão de muitos professores e pesquisadores da EDF escolar.

Desta forma, buscamos nas próximas páginas fazer uma leitura atual do esporte na sociedade e enquanto conteúdo que, durante muito tempo, foi predominante na Educação Física Escolar. Para então, perceber a leitura e trato atual deste fenômeno que ultrapassa a EDF, mas é um conteúdo importante das aulas da Educação Básica.

2.1 ESPORTE, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO: E UM BREVE HISTÓRICO DESTE FENÔMENO

No que diz respeito à história da Educação Física, podemos constatar na literatura existente como, durante um longo período, a prática da ginástica, principalmente a calistênica, assumiu o espaço de aula. Quando houve mudanças quanto aos conteúdos trabalhados, podemos perceber que os esportes ganharam destaque. Como já sinalizamos, na Ditadura Militar isso foi acentuado. Além, do próprio destaque sociocultural dos esportes, em detrimentos de outros conteúdos da EDF, a conjuntura histórica e política fez

com que esses esportes, notadamente o chamado quarteto fantástico, como ficou historicamente conhecido o Futebol, Voleibol, Handebol e Basquetebol, tivesse centralidade nas aulas. Isso perdura, em muitos contextos, até os dias atuais.

Não queremos, contudo, demonizar os Esportes enquanto conteúdo da Educação Física, apenas sinalizamos como muito tempo da história foi reservado a este conteúdo e, mais importante, a forma como foi tratado durante esse tempo, prevalecendo o caráter tecnicista em detrimento de um trato mais crítico e amplo desse fenômeno tão relevante e presente na realidade de cada indivíduo, quer sejam como atletas, consumidores do esporte espetáculo ou praticantes nos momentos de lazer. O fato é que o esporte é parte da formação cultural do nosso país, por isso, precisa ser tratado criticamente no espaço de aula da Educação Física para que os educandos possam fruir deste elemento da melhor forma possível, contribuindo para sua formação enquanto indivíduos sociais. Então, perceber e analisar o que dizem os aparatos educacionais legais, sobre o esporte, se apresenta como de grande relevância.

Continuando pensando a história da EDF, enquanto o esporte se firmava como conteúdo predominante, os seus códigos e propósitos fundamentais eram incorporados à escola. Segundo Castellani *et al.* (2014, p. 54):

Esses códigos podem ser resumidos em: princípios de rendimento atlético/desportivo, competição, comparação de rendimento e recordes, regulamentação rígida, sucesso no esporte como sinônimo de vitória [...]

A utilização dos códigos da instituição desportiva como base das aulas de Educação Física reforça, ainda mais, a caracterização desta como disciplina eminentemente prática, desprovida de reflexões e construções teóricas.

Entre as décadas de 1970 e 1980, no Brasil, a produção teórica, através da pesquisa, foi impulsionada pela necessidade de melhoria no nível do desenvolvimento científico na área da medicina desportiva, através de incentivos à pós-graduação, investindo-se em laboratórios de fisiologia do exercício. Neste contexto, foi fundado o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, o CBCE (Bracht, 1999).

À medida que a produção acadêmica se voltou para o fenômeno esportivo, seus objetivos e resultados, ampliou-se o distanciamento da Educação Física, enquanto área do conhecimento, com as discussões e problemáticas próprias da escola, seus desafios como espaço de construção de conhecimento. O esporte, então, “se impôs à Educação Física, como conteúdo e como sentido da própria Educação Física” (Bracht, 1999 p. 23). Desta forma, uma aula ou um encontro de caráter educativo, tornar-se-á uma prática pedagógica à medida que se organize em torno de **intencionalidades**, bem como na construção de práticas que confirmam sentido às intencionalidades (Franco, 2016). Logo, pensar a aula de Educação Física exclusivamente em torno do Esporte e suas características, pode limitar o potencial crítico deste momento educativo.

Toda prática será considerada pedagógica quando, em seu bojo, incorporar continuamente e coletivamente a reflexão, assegurando que a intencionalidade proposta seja disponibilizada a todos e que a construção das práticas garanta a realização dos encaminhamentos propostos. Assim sendo, uma prática pedagógica deve se caracterizar através de uma ação consciente, planejada e participativa, que aflora da multidimensionalidade que cerca o ato educativo (Franco, 2016). Nesta direção, é possível afirmar que nem toda ação docente é, por conseguinte, pedagógica. O que queremos apontar, diante dessas reflexões teóricas, é que o Esporte, enquanto conteúdo da Educação Física, deve ser situado criticamente, com o intuito de torná-lo parte integrante dessa prática pedagógica, não apenas reforçando uma dominância que se construiu em determinando momento da história da Educação Física.

O esporte é um fenômeno cultural riquíssimo, mas a forma que é tratado pedagogicamente no espaço escolar formal deve superar limitações que o coloquem como prática meramente reprodutora de suas manifestações de rendimento e/ou espetáculo. É preciso ter em mente que o esporte na escola deve servir ao fim educativo, crítico e não reprodutor técnico e tático. Por isto, é relevante analisarmos o que apresenta o aparato legal sobre a representação dos Esportes, neste caso, o que dizem os DCRs para o Ensino Médio no Nordeste brasileiro.

É preciso que deixemos uma questão bem afirmada que é sobre a desnaturalização das coisas. Existe uma construção e um processo por traz de

tudo que conhecemos. Então, não falar de história é naturalizar o presente. Logo, isso nos aponta que o Esporte teve uma construção sócio-histórica para ser o que hoje nós conhecemos. Não foi um mero desenvolvimento desprezioso que se deu em sociedade.

O esporte, como é consenso hoje, é um fenômeno sociocultural importantíssimo e, apesar de ser um dos conteúdos da Educação Física, ele é por si só um fenômeno com autonomia fortíssima que, em algum ponto, pode parecer até superior à Educação Física, tanto quanto a disciplina tanto quanto área de conhecimento, mas é também um dos conteúdos fundamentais da EDF. Porém, até se constituir como esse elemento mundialmente conhecido, com esta autonomia e gerando todo um mercado em todo dele, houve um processo histórico. Não foi de uma hora para outra que isso aconteceu.

Sem querer apontar certo e errado, mas apresentar possibilidades de leituras, nós temos duas formas de ler o desenvolvimento dos esportes: a da continuidade e a descontinuidade. A continuidade diz que jogos e práticas corporais preexistentes em comunidades, localidades foram se desenvolvendo até se consolidarem como o esporte que conhecemos hoje. Victor Melo (2007), no seu livro *Dicionário do Esporte no Brasil*, aponta como esta tendência acredita que o esporte já existia na antiguidade, sendo identificado por jogos praticados por chineses, egípcios e gregos. Esta é uma forma de encarar e analisar o esporte.

A outra leitura é o debate da descontinuidade em que afirma que o esporte é um fenômeno da modernidade que destoa quase ou completamente dessas práticas anteriormente praticadas. Essa abordagem da descontinuidade afirma que o esporte que conhecemos hoje é fruto da modernidade e, sim, pode ter elementos de outras práticas corporais vivenciadas por povos antigos, mas o conceito desse esporte se distancia dessas práticas antigas e vai se desenvolvendo de forma muito diferente daquelas, por vezes chamadas de jogos pré-desportivos (Melo, 2007).

Então, este esporte moderno que foi se desenvolvendo desde os fins do século XVIII, tendo início nas escolas inglesas, as quais eram responsáveis por formar os membros dos filhos da burguesia. Então, essa prática tinha um caráter

burguês, uma gentrificação – que era visto como prática civilizada, moderna, educada, elegante. Capaz de formar um caráter e um comportamento ideal.

Nesse sentido, essa prática social vai se desenvolver e apresentar características marcantes e observáveis até os dias atuais: a organização de clubes; competições em grande escala com calendário próprio e não mais ligados a outros tempos – isso porque era comum algumas práticas corporais, jogos estarem ligados a festividades específicas, tempos de colheitas, cultos específicos – temos então uma secularização do esporte. Ainda o esporte possui um corpo técnico cada vez mais especializado; gera um mercado ao seu redor; mais a frente no tempo, mobiliza áreas de conhecimentos desenvolvimento de pesquisas que possam melhorar esses esportes (Melo, 2007). Ainda, podemos dizer que:

No seu desenvolvimento conseqüente no interior desta cultura, o esporte assumiu suas características básicas, que podem ser sumariamente resumidas em: competição, rendimento físico-técnico, record, racionalização e cientificação do treinamento. Guttmann (1979) identificou sete características básicas: 1. Secularização (Weltlichkeit); 2. Igualdade de chances; 3. Especialização dos paéis; 4. Racionalização; 5. Burocratização; 6. Quantificação; 7. Busca do record (Bracht, 1997, p. 10-11).

Mas voltando ao primórdio dos esportes nas escolas inglesas, o que existiu paralelamente – e sempre existiu, na verdade – foi uma condenação das práticas populares, das práticas corporais, jogos do povo. Nesse novo movimento, os esportes modernos passaram a ser ofertados como um elemento de civilização e consumo para substituição das práticas populares até em tão praticadas. Obviamente, não sem resistência da população e não todos os esportes e em espaços. Essa população é fomentada a ir assistir as competições esportivas, vivenciar o espetáculo esportivo, mas eles não podiam praticar esses esportes, muito menos trabalhar no desenvolvimento destes (Rocha Junior; Dos santos, 2015).

Então, podemos ver aqui como o início do esporte moderno começou a demarcar uma distinção social ou reforçar essas representações sociais, quando apenas burgueses e nobres poderiam praticá-los. Então o esporte começa a fazer parte de um estilo de vida burguês, onde os clubes eram seus principais

pontos de práticas e espaço em que poucos privilegiados tinham acesso. O pobre, o povo deveria assistir, quando possível, para que fossem educados pelo consumo do espetáculo. Então, aqui nós já conseguimos perceber como os esportes, desde os seus primórdios teve esse perfil de buscar caracterizar determinados grupos sociais, construindo representações sociais. Os que podem, os que não podem, os civilizados e incivilizados.

Contudo, como sempre, existe o outro lado da história. A população não deixou de praticar os esportes. Sempre houve e há resistência do povo. Não podemos entender a grande massa como consumidora passiva. Além de resistir, o povo se apropria desta prática também e a ressignifica para praticá-la da forma que lhes eram possíveis, com os materiais disponíveis, adaptados, mas praticando o esporte moderno. Ou seja, a resistência também constrói e contribui para essa prática.

Com o passar do tempo o esporte vai se consolidando e se institucionalizando, construindo federações, confederações, fazendo parte das aulas de educação física, construindo um mercado econômico fortíssimo em torno dele, estabelecendo uma relação de simbiose com a mídia. A todo tempo nós somos bombardeados com anúncios esportivos, canais específicos para transmissão de esportes. Logo, vemos a relevância e a grandiosidade dessa prática cultural na sociedade atual.

Aqui no Brasil, o esporte foi ganhando esses contornos nos fins do século XIX e início do século XX. Inclusive, ganhando contorno no debate da saúde, pois inicialmente não existia muito bem conformada a relação da prática esportiva e uma melhoria na saúde das pessoas (Melo, 2007). Ou seja, o esporte abarca mais um espaço social que é o espaço da saúde. Atualmente, podemos ver entre profissionais e amadores a prática de vários esportes com a finalidade voltada para saúde.

Também precisamos falar como o esporte foi utilizado, nesta característica político-ideológica, em diversos governos, principalmente, os ditatoriais. É amplamente debatido na literatura como o esporte assumiu movimentos críticos durante a ditadura militar no Brasil que perdurou aí entre os anos de 1964 e 1985. O governo ditatorial de Castelo Branco, dentre outras coisas, faz uma reforma universitária, onde movimentos de valorização da prática esportiva

buscava substituir movimentos políticos estudantis que se mostravam contrários ao governo. Se tivermos aqui um maior incentivo e investimentos nos esportes, não podemos deixar de negar sua utilização ideológica. Então, o esporte, essa prática vai assumir mais um papel dentro do jogo político e social, movimentando outras representações para si.

Conseguimos perceber, então, como o esporte é um elemento social de grande importância e nunca se construiu como uma prática que acaba em si. Houve e há sempre motivos em torno dessa prática corporal. Aqui, vemos a desnaturalização da prática. Há várias motivações para que o esporte tenha ganhado a notoriedade que tem e a autonomia que possui na sociedade atual.

Manuel Tubino (2001), no seu livro bem conhecido, *Dimensões Sociais do Esporte*, vai nos apontar algumas coisas interessantes: a movimentação no contexto esportivo do início dos anos sessenta (1960) provocou uma revisão conceitual do esporte, cujo processo pode ser demarcado por três conjuntos de ações notáveis daquele período histórico: a) As manifestações dos intelectuais contra as exacerbações desportivas da época; b) Os chamados Documentos Esportivos Filosóficos Internacionais; c) O surgimento e o desenvolvimento do movimento Esporte Para Todos.

O Esporte Para Todos surgiu no Brasil, a partir do ano de 1973, tendo como pressupostos democratização das atividades físicas e desportivas. A implementação do EPT no Brasil deu-se através de grandes influências internacionais, coincidindo também com um período em que a conjuntura nacional apontava para um enfraquecimento do regime militar. Aqui, nós vamos começar a perceber uma crítica ao movimento exacerbado do esporte de rendimento e o debate de que todos deveriam ter acesso a estas práticas e que o caráter do lazer e educacional deveria compor o cenário. Vemos outra roupagem começar a se construir para o esporte.

Tubino (2001), novamente, nos aponta que o Manifesto Mundial do Esporte de 1964 – este documento editado pelo CIEPS, da UNESCO, e assinado pelo Prêmio Nobel da Paz (Sir Phillip Noel Baker). Este documento foi a primeira manifestação que não reconheceu o esporte somente através do rendimento, mostrando que também existia um esporte na escola e um esporte do tempo livre, aberto para todos. Ou seja, outras representações sendo reconhecidas.

Então, todo este contexto apresentado de relevância social do Esporte e um movimento de repensar a prática docente fez surgir diversos debates, dentre eles vemos o aparecimento de uma intelectualidade em torno da sociologia do esporte. Para pensar esse fenômeno social de forma científica. Dentre os estudiosos da área, Pierre Bourdieu (1990), fez uma análise sociológica do esporte e onde faz uma provocação – ainda que este não tenha sido seu objetivo primeiro – que nos cabe dizer aqui para que possamos, ainda mais, refletir sobre o esporte, a sociedade e a educação. E a provocação é a seguinte:

[...] de um lado, existem pessoas que conhecem muito o esporte na forma prática, mas que não sabem falar dele, e, de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se dignam a fazê-la, ou o fazem a torto e a direito (Bourdieu, 1990, p. 207-208).

Aqui ficam os questionamentos: eu preciso saber fazer? Eu preciso saber falar? Ou eu preciso saber fazer e falar? Qual o lugar do conhecimento técnico-prático e o lugar do debate crítico? Numa sociedade em que o esporte está presente em todo momento, a todo público e dialoga com a saúde, a economia, a identidade, os padrões de beleza, as representações diversas, é possível dissociar estas questões? Como, então, os Documentos Curriculares Referenciais para o Ensino Médio do Nordeste representam este fenômeno, dentro dessa conjuntura?

A presença desse componente curricular (**Educação Física que está na área de linguagem**) deve ampliar conhecimentos das juventudes, colaborando para que construam formas mais elaboradas de pensamento sobre os dados da realidade e obtenham uma extensa compreensão e atuação nas manifestações da Cultura Corporal de forma ética, autônoma, motivada, crítica, participativa, cooperativa, integradora e inovadora, através dos estudos das práticas corporais e da problematização das representações e práticas sociais que cercam os conhecimentos da cultura corporal. Isso, tendo em vista a preparação dos/as jovens para uma participação ativa e consciente na sociedade, com a responsabilidade, segundo a BNCC (2017), de propiciar oportunidades para a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens. E, também, as possíveis conexões com a pluralidade das práticas corporais sistematizadas, representações sociais e as dimensões de habilidades privilegiadas no DCRB do Ensino Fundamental (DCR/BA, 2022, p. 94).

Ou seja, podemos ler o texto na íntegra e perceber que o esporte, como os outros conteúdos e a própria educação física deve se colocar no lugar de formar pessoas autônomas, capazes de ler criticamente a sociedade e escolher de forma livre o caminho do respeito com direito a dignidade, onde o esporte é reconhecido como fenômeno social de acesso e direito de todos, dentro de uma sociedade marcada por diversidade e desigualdade. Assim, nosso papel enquanto professores é desnaturalizar o esporte, garantindo o seu conhecimento prático, teórico e crítico dentro e fora do espaço escolar.

Agora, seguimos para análise mais detida dos DCRs para o Ensino Médio do Nordeste brasileiro e como se apresenta as representações do Esporte neste aparato legal.

2. 2 OS DOCUMENTOS CURRICULARES REFERENCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO NO NORDESTE BRASILEIRO: A REPRESENTAÇÃO DO ESPORTE

O debate sobre ampliação e melhoria da Educação sempre esteve, em maior ou menor grau, na pauta do debate político e social. Há uma ampla consciência de que a educação é capaz de transformar a cena social. Verdade ou não, não podemos negar o peso do processo educativo na vida das pessoas e na conjuntura sociocultural. A formação humana, na instituição formal de Educação, é e precisa ser pauta das políticas públicas para conformação de uma sociedade menos desigual, mais crítica, justa e equânime.

Neste sentido, Da Silva e Graciano (2022), ao analisarem as políticas públicas de educação para o Ensino Médio no Nordeste Brasileiro, tocam no que nos é de interesse e apontam como a etapa do Ensino Médio é um caso típico de questões distintas de implementações e planejamento de políticas públicas, e de complexas soluções, pois está no centro do debate do direito à educação, da ascensão social, da conquista de uma qualificação como processo de escolarização, pois permite o acesso ao mundo do trabalho e a cidadania.

Ou seja, estamos falando de uma etapa importantíssima da Educação Básica, onde devem estar atentos – todos os envolvidos no processo – que os educandos estão sendo formados para darem início a vida adulta, iniciando

carreiras profissionais, fortalecendo a vida pessoal mais autônoma e vão contribuir para a formação da sociedade. Esta compreensão deve estar presente tanto nas políticas públicas, quanto na atuação docente e conjuntura escolar como um todo.

Todavia, a ascensão de uma agenda conservadora nos últimos anos, refletida em marco normativo, prenuncia limites ao fenômeno da democratização política, levando a agenda estatal a uma tendência de redução da preocupação com a elaboração de políticas adequadas – de respeito à igualdade de direitos – e o retorno de uma complexa e obscura rede de influências político-sociais clientelistas, configurando uma ‘nova agenda’ na contramão do “Estado necessário” (Da Silva; Graciano, 2022, p. 696).

Os Documentos Curriculares Referenciais, podemos dizer, foram marcos legais desenvolvidos por entidades educacionais estatais para garantir o direito a educação de qualidade, buscando superar as barreiras colocadas por um governo conservador que desvalorizou a educação, garantindo o que esteve posto na Constituição Federal e na LDB 9394/96. É preciso também destacar que a Reforma do Ensino Médio, influenciando tais documentos, tem sido fortemente criticada e nem sempre aceita com tranquilidade pela comunidade educativa, de um modo geral. Assim, é dentro desta conjuntura que os documentos e a representação dos esportes devem ser analisados, na tensão e ambiguidade presentes na cena brasileira e nordestina.

O DCR/BA, por exemplo, afirma se constituir:

[...] numa referência para as instituições de ensino estaduais, que ofertam o Ensino Médio, de modo a subsidiar as adequações dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), bem como a reorganização do trabalho docente, a fim de garantir as aprendizagens essenciais dos/as estudantes, a partir de uma proposta curricular pautada na apropriação dos conhecimentos científicos, historicamente produzidos pela humanidade, e no desenvolvimento de competências e habilidades previstas nas áreas de conhecimento(DCR/BA, p. 11, 2021).

Logo, podemos ver então o objetivo de orientar os PPPs das escolas para uma formação humanitária com base nas habilidades de cada área de conhecimento. Aqui precisamos lembrar que a Educação Física, na Educação Básica, está alocada dentro da área de linguagens. Algumas vezes presentes

nos currículos como Linguagens e suas Tecnologias, como o caso do Referencial de Alagoas. A área de Linguagem ou Linguagem e Suas Tecnologias comporta os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa.

Segundo a BNCC etapa Ensino Médio, base para todos os DCRs:

No Ensino Médio, a área tem a responsabilidade de propiciar oportunidades para a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens – artísticas corporais e verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) –, que são objeto de seus diferentes componentes (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) (Brasil, 2018, p. 474).

A justificativa da alocação da Educação Física nesta área gira em torno da compreensão do corpo como manifestação de uma linguagem, a linguagem corporal, daí sua alocação nesta área. Assim, além de autores e debates da Educação, outros e outras consolidados na área da Educação Física são recrutados para estabelecer o referencial teórico que justifica a sua implementação nas linguagens. “No entendimento da linguagem como prática corporal, terreno histórico da educação física, Soares (1996, p. 10) assevera que a compreensão da subjetividade e da razão se instalam no corpo e se expressam como linguagem” (DCR/AL, 2021, p. 56). Esta linha de compreensão é seguida, mais ou menos da mesma forma, pelos Estados do Nordeste para justificar teoricamente o componente curricular como área da Linguagem.

O Documento Referencial do Maranhão, por sua vez, apresenta o seguinte argumento sobre a área da Linguagem e suas Tecnologias e a Educação Física neste contexto:

A comunicação se estrutura, na língua portuguesa (língua materna), como geradora de significação e, também, integradora na organização das relações humanas no mundo, por meio da aquisição e domínio dos signos da língua escrita e falada. A língua estrangeira se apresenta como possibilidade de integração, acesso e inclusão inter e intraterritorial, junto a pessoas e culturas diversas. A arte, como área do conhecimento, por meio das quatro linguagens (teatro, artes visuais, dança e música), como expressão criadora e geradora de significação de uma linguagem que possibilita ao estudante uma formação crítica em decorrência da ação mediada do “ver”, do “fazer”, do “ouvir” e do “sentir”. A educação física, por sua vez, propõe o domínio do corpo como forma de expressão e de

qualidade de vida. A educação física se propõe a tematizar as práticas corporais em suas diversas manifestações, explorando movimentos e gestos de diferentes culturas e sociedades, possibilitando novas experiências aos estudantes (DCR/MA, 2022, p. 74-75).

Toda compreensão perpassa por entender o corpo em sua linguagem específica como parte da comunicação social que é histórica e culturalmente produzida, por isso, deve merecer destaque na formação da juventude dos Estados do Nordeste Brasileiro, contribuindo para formação de autonomia e consciência crítica dessas pessoas que comporão estas sociedades em suas peculiaridades e pluralidade, sem perder o diálogo com o todo, com o que está sendo construído e desenvolvido no Brasil, que seja socialmente, quer seja na Educação Física.

Já o Documento que orienta o Ensino Médio do Maranhão, também, define aponta caminhos e reforça a autonomia dos docentes e escolas, dentro do que apontam as resoluções, diretrizes, leis e todos documentos legais, afirmando que o documento não se propõe um instrumento fechado e, de certo, quando a legítima autonomia das educadoras e dos educadores de nosso Estado brilhar na prática pedagógica, nossa proposta vai produzir novas formas, novas páginas, novos capítulos (DCR/MA, 2020). Além de reforçar que a área de Linguagens e Suas Tecnologias não se restringe a Língua Portuguesa, afirma:

[...] organizar a nossa área por meio de Campos de Atuação social nos possibilita a vivência de processos criativos, colaborativos e coletivos de trabalho. É pertinente ressaltar que, devido à especificidade de alguns conhecimentos pertinentes à área de Linguagens, como Educação Física, Dança, Música etc. percebemos a necessidade de criar mais um Campo de atuação com ênfase na Competência 5 da BNCC, capaz de abranger as complexas relações entre o corpo e o movimento, ampliando e atendendo seus imperativos o qual denominamos de Campo corporeidade e movimento, aqui definido como o Campo que compreende os múltiplos aspectos da produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento (DCR/MA, 2020, p. 46).

Podemos ver a articulação dos conhecimentos e propostas relacionados ao recomendado pela BNCC e suas competências, isto se aplica aos documentos dos Estados aqui analisados. Como podemos ver no Documento da Paraíba, ao

tratar da área de Linguagens e Suas Tecnologias, insere a perspectiva da BNCC e traz o componente da Educação Física de forma mais generalista, denominando um campo de Corporeidade e Movimento.

Imagem 1 – Educação Física na Área de Linguagens e Suas Tecnologias do DCR/PB



Fonte: DCR/PB (2021)

O Documento da Paraíba traz o debate e justificativa deste campo por contemplarem “dimensões formativas” importantes do uso da linguagem dentro e fora do espaço escolar, afinal esta etapa da Educação Básica deve, com mais ênfase, preparar os estudantes para o mundo e, fazer leituras diversas deste mundo, deve estar no norte da construção pedagógica, como recomenda a BNCC.

Na articulação com as competências, habilidades e os campos de atuação social apresentados pela BNCC, o Documento Referencial do Pernambuco afirma que:

[...] os sentidos produzidos pela linguagem, representados por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos materializam-se em cada componente curricular. Mais uma vez, encontramos com a perspectiva bakhtiniana, citada por Faraco (2003 apud Soares, 2009), quando entendemos que todos os diferentes campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Entendemos, então, ser esse o elo entre os componentes curriculares da área (DCR/PE, 2021, p. 88).

Além desses componentes curriculares já mencionados na área de Linguagens e suas Tecnologias, precisamos ressaltar que é assegurada por lei o ensino da Língua Materna para as comunidades indígenas.

[...] de acordo com a LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), é assegurado o ensino das línguas maternas às comunidades indígenas e a valorização dos aspectos étnicos, linguísticos e culturais dos povos formadores da nossa identidade [...] dessa forma, a área de Linguagens, no Ensino Médio, deve buscar a consolidação e a ampliação dos direitos de aprendizagens previstos na BNCC do Ensino Fundamental e no DCRC do Ensino Fundamental (DCR/CE, 2021, p. 99).

No que diz respeito à Educação Física na área da linguagem, o Referencial do Ceará afirma que:

As/Os alunas/os passam parte significativa de seu cotidiano na escola, onde fazem amigas/os e compartilham experiências e valores em seu ambiente de aprendizagem. Autoconhecer-se e ser reconhecido pelo seu grupo de convivência são questões que as/os inquietam, unindo-se à transição da infância para a adolescência/juventude, uma etapa marcada por muitas dúvidas e descobertas. Assim, a busca pela identidade se faz importante nesse momento da vida reverberando indiretamente para a reflexão sobre o seu papel na sociedade. A tendência, então, é perceber-se sob diversos estereótipos, elaborados a partir de uma imagem disseminada pela sociedade (PELEGRINI, 2004). Essa imagem, que em grande parte é corporal, precisa ser experimentada, reconfigurada e ampliada, no desejo de permitir que as juventudes se aceitem e acolham posturas mais sociáveis e saudáveis (DCR/CE, 2021, p. 107).

Aqui podemos ver uma leitura crítica da área da Educação Física para construção identitárias dos jovens cearenses, dando relevo ao ensino dos seus conteúdos. Uma compreensão crítica, indo no sentido da maioria dos outros documentos.

Já o Documento Referencial do Piauí diz que:

A área de Linguagens e suas Tecnologias, composta pelos quatro componentes curriculares (Língua Portuguesa; Língua Estrangeira – Inglês e Espanhol; Arte e Educação Física), trata os conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em práticas de linguagem. Mais do que objetos de conhecimento, são meios que possibilitam mobilizar e ampliar recursos expressivos para construir sentidos com o outro em diferentes campos de atuação e agir no mundo social em interações mediadas por palavras,

imagens, sons, gestos e movimentos. Ao examinar a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, considerando os aspectos sociais e contemporâneos cambiados pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico (DCR/PI, 2021, p. 105).

Reforçando que o desenvolvimento do ser humano está marcado historicamente pelo uso prático da linguagem, constituída a partir das interações sociais, o Referencial do Piauí se propõe a tratar a Educação Física na articulação com os outros componentes curriculares da área, afirmando que buscam superar um modelo “biológico de aptidão, utilitário”, buscando superar o que enxergam como desafio docente para construção de uma identidade mais pedagógica e crítica da EDF (DCR/PI, 2021).

Já o referencial Potiguar, aponta a área de Linguagens e Suas Tecnologias no Ensino Médio como A Área de Linguagens no Ensino Médio, no Estado do Rio Grande do Norte, compreende a área e seus componentes curriculares como:

Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Espanhola. Estes componentes privilegiarão as múltiplas linguagens, posto que englobam letramento e multiletramento; gêneros discursivos da cultura digital; multimodalidade. Não se trata, pois, de uma valorização da língua em si, mas do modo como a língua, como linguagem, se materializa no uso, nas diferentes práticas e campos de atuação social; e materializada pelos gêneros discursivos. Nesse sentido, a língua como linguagem verbal é parte dessas múltiplas linguagens. Ainda, registre-se que a língua/linguagem são compreendidas como fenômenos sociais, históricos e, portanto, de caráter variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, de modo que garanta os direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais presentes no Estado, com o compromisso de trabalhar pela manutenção e pela valorização de suas línguas e dialetos, marcas distintivas de seu patrimônio imaterial (DCR/RN, 2021, p. 76).

Após a leitura dos Documentos Curriculares dos Estados do Nordeste, conseguimos perceber consonância sobre a área de Linguagem e Suas Tecnologias e seus componentes curriculares integrantes, onde a linguagem verbal, corporal, artísticas são valorizadas como formas de comunicação e formação crítica do público jovem do Ensino Médio regular, mas também de outras modalidades de Ensino Médio, como integral, EJA. Assim, localizar a

Educação Física dentro desse contexto de leitura crítica das práticas corporais como elemento fundamental da linguagem, contribui para a formação da representação do Esporte que esses documentos apontam e que é nosso foco principal.

Nós apontamos aqui a compreensão da área da Linguagem e Suas Tecnologias e o lugar da Educação Física nos Documentos por acreditarmos que esta conjuntura é necessária para um entendimento mais profundo do que sejam as representações do Esporte nesses documentos orientadores. Isso por comungarmos com Paulo Freire (2011) quando fala do mito da neutralidade na Educação.

Isso significa impossível, de um lado, como já salientei, uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral, de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa [...] quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. Entendemos então, facilmente, não ser possível pensar, sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder (Freire, 2011, p. 35).

Nós acreditamos ser necessária ter límpida esta compreensão por se tratar de documentos legais, construídos, pensados, elaborados dentro de um contexto político em que pensou o Novo Ensino Médio e que enfrentou e enfrenta debates e resistências sociais, notadamente, no meio da educação formal. Essa conjuntura precisa estar na nossa leitura da Representação do Esporte para que possamos lê-la de forma crítica e situada. Sigamos então mais detidamente para a representação do esporte em tais documentos.

Também, podemos perceber que há uma perspectiva de valorização e manutenção das características específicas de cada local presente em todos os documentos. Assim, vemos destacadas as características locais, como é o caso do DCR da Bahia que apresenta a afirmação do seu comprometimento com o debate racial.

É oportuno salientar que pactuar com o compromisso de uma educação de qualidade social, em um estado majoritariamente negro, é fundamental tencionar e intencionar a organização curricular e o desenvolvimento de práticas educativas que promovam a reparação racial e todas as suas interseccionalidades (DCR/BA, p. 11, 2021).

Essa legislação geral, mas destacamos aqui na Bahia por ter este Estado a cidade mais negra do país e que é sua Capital. Assim, ver reforçada esta questão no trato educacional é de suma importância para valorização da cultura local dentro no espaço de aula, contribuindo para o desenvolvimento consciente e crítico dos educandos.

Sabemos que é garantido por lei, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, o trato e atenção às questões raciais para que a equidade seja garantida e desigualdade de oportunidade seja superada. Salvador é cidade mais negra do país, pensar na juventude que compõe esta cidade e este estado é ter em mente esta conjuntura nas escolas públicas e, além de garantir o que está registrado nos documentos legais, pensar criticamente esta população de jovens e suas realidades para que possamos superar o racismo estrutural historicamente perpetuado.

Falamos aqui do Ensino Médio, em que um público específico encontra-se nesses contextos. Contudo, a própria compreensão do que é a juventude ou do que são as juventudes são plurais e diversificadas nos documentos estudados. Assumidamente se coloca como um grupo plural, nestes documentos, dentro da pluralidade apresentadas leituras de representação é feitas de formas diversas. Neste contexto, a compreensão da Representação do Esporte pode ajudar a compreender a formação dessas juventudes, de que forma esses documentos legais, DCR, de cada estado retratam a sua juventude e levam em conta essas práticas corporais socialmente construídas para contribuição dessas pessoas.

Também, o Documento Referencial de Alagoas apresenta em sua estrutura e debate a particularidade de estar voltado para o ensino integral, em sua maior parte. Também, é um documento que aponta as características e peculiaridades do estado de forma bastante acentuada, demonstrando uma valorização da cultura local e busca da manutenção destas características.

Localizada a Educação Física como componente da área de Linguagens e Suas Tecnologias, podemos ter uma melhor compreensão, agora, para analisar a/as representações que os Documentos Referenciais apresentam sobre o Esporte, contudo que foi e, por vezes, ainda é central para a EDF.

Pensando a representação, podemos dizer que:

[...] é um conhecimento real, formado pelo senso comum entre um grupo de indivíduos, o conhecimento se torna uma representação a partir do momento que se torna uma verdade para todos os membros que compõem o grupo (Jodelet, 2001) (Sousa; Souza, 2021, p. 2).

Ainda, as autoras fazem uma leitura do conceito e apontam a importância da sua construção na conjuntura social, elas podem ser compreendidas como guias para ações sociais, se assim enxergarmos o mundo. A representação se constitui da vivência da realidade, por conversas e trocas de experiências, crenças, como maneira de interpretar acontecimentos do cotidiano, permitindo compreender e também explicar a realidade (Abic, 1994 *apud* Sousa; Souza, 2021).

Desta forma, podemos dizer que as representações apontadas nos documentos referenciais são construções elaboradas a partir da leitura de cada realidade, mas também no cruzamento com estudos e debates teóricos construídos nas áreas da Educação, Educação Física, Sociologia e outras. De toda forma, elas apresentam um retrato da realidade das pessoas que construíram os documentos para orientar a prática docente no ensino médio dos Estados do Nordeste brasileiro.

Partindo para o ponto central, veremos que o Esporte vai ser retratado de forma distinta, a depender de cada estado. Além disso, vamos ver que uma visão tradicional do esporte, o esporte de rendimento, vai buscando ser superada em alguns textos. No que diz respeito ao DCR/Ba, o que se apresenta no documento é mesmo uma leitura que pretende construir uma representação crítica geral das práticas corporais. Se não é tratado de modo exclusivo o Esporte, isso nos aponta para uma representação que o coloca no conjunto de conteúdos da EDF, mostrando-o como integrante da disciplina, mas não dominante, como foi tratado durante um longo período na história. Isso pode ser compreendido pela busca de articular os tratos do Ensino Médio as competências gerais que se apresentam na BNCC.

Também, o Referencial Curricular de Alagoas não trata especificamente do Esporte. Não o traz de forma exclusiva e como conteúdo principal da Educação

Física, na verdade, o documento de Alagoas trata da área de Linguagens da qual a Educação Física e seus conteúdos faz parte. Assim, trata de modo mais generalista. E assim define a área:

O Referencial Curricular de Alagoas, para a área de Linguagens e suas Tecnologias, fundamenta-se na Base Nacional Comum Curricular direcionada à etapa do Ensino Médio e apresenta propostas para uma abordagem de ensino e aprendizagem que objetiva a educação integral dos estudantes a partir do desenvolvimento de competências e habilidades. Esse processo resulta da consideração das práticas socioculturais que envolvem manifestações de linguagem (artísticas, corporais e verbais), com base na mobilização e na articulação de conhecimentos dos diferentes componentes curriculares da área. Essa articulação constitui-se como fator primordial para consolidar a democratização do ensino, baseada nos princípios de inter e transdisciplinaridade, de responsabilidade socioambiental e de uma prática cidadã, mais justa e igualitária (RC/AL, 2021, p. 53).

O Documento de Alagoas localiza as práticas corporais e o Esporte nas práticas de aprendizagem pautadas nos projetos de vida que devem, nesta etapa do ensino médio, estimular a apreensão da multidimensionalidade da linguagem e nela encontrar a base da interação humana visando não só comunicação, mas também uma compreensão de mundo mais efetiva (DCR/AL, 2021). O DCR/AL afirma que esta etapa da Educação Básica e seus componentes, como a Educação Física, deve aprofundar os conhecimentos e aprendizados desenvolvidos no Ensino Fundamental.

Ainda, afirma o seguinte sobre a Educação Física:

No entendimento da linguagem como prática corporal, terreno histórico da educação física, Soares (1996, p. 10) assevera que a compreensão da subjetividade e da razão se instalam no corpo e se expressam como linguagem. Os estudantes, ainda segundo a autora supracitada, chegam à escola andando, correndo e saltando, ações da vida diária e da comunidade que são traços da cultura, inscritos nos corpos e “codificados ao longo da história do homem em universos de saber: técnico, científico e cultural” (op. cit, p. 10). A linguagem, nesse caso, torna-se saber passível de ter seu conhecimento organizado como objeto de sistematização didática e de elemento de ensino-aprendizagem. A dança, os jogos, os esportes, as lutas, as ginásticas e atividades rítmicas possuem uma linguagem própria, mas também uma linguagem ressignificada nos movimentos da

subjetividade, das comunidades, das representações culturais e das vivências humanas. A promoção, por parte do docente, de propostas de criação de movimentos do corpo dentro de uma performance, por exemplo, poderá contribuir para o aprendizado da linguagem corporal (DCR/AL, 2021, p. 56).

Podemos ler essa compreensão, essa representação da linguagem corporal como um avanço, baseada nas competências e habilidades da BNCC, quanto ao que era referido, tratado historicamente como conteúdo da Educação Física, superando a representação tecnicista da EDF e descentralizando a prática esportiva como conteúdo principal ou único em espaço de aula e, ainda assim, sem negar este conteúdo. Isso aponta uma representação mais atual e crítica sobre o esporte, ainda que não debata o conteúdo especificamente, o que por si só já reforça nossa leitura sobre a representação do Esporte neste Documento.

Ainda, é importante, para compreensão da Representação do Esporte, frisarmos no que o DCR de Alagoas aponta como orientação para prática pedagógica, mesmo não sendo nosso foco de análise.

Os componentes curriculares Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa, que compõem a área de Linguagens e suas Tecnologias, são desenvolvidos considerando a construção do protagonismo, numa perspectiva inter e transdisciplinar de ensino e aprendizagem que prioriza o Projeto de Vida dos estudantes e a Educação Integral. As práticas pedagógicas realizadas por esses componentes estão relacionadas por meio do que é comum à área: a linguagem (DCR/AL, 2021, p. 61).

Novamente, percebemos uma leitura abrangente que coloca a atuação da Educação Física e, assim, da Representação de Esporte como conteúdo desta, projetada na autonomia e visão crítica do educando e em diálogo com a BNCC e outros documentos legais.

Quando fazemos a leitura da Representação do Esporte no DCR da Bahia, temos primeiro a afirmação de que o documento e leitura da Educação Física estão pautados com a concepção crítica da área, em consonância com o que apresenta Darido (2001). Essa abordagem buscou romper com o que esteve na

pauta da Educação Física por longo período, a hegemonia do modelo Esporte/Aptidão Física.

Estas abordagens denominadas críticas ou progressistas passaram a questionar o caráter alienante da Educação Física na escola, propondo um modelo de superação das contradições e injustiças sociais. Assim, uma Educação Física crítica estaria atrelada as transformações sociais, econômicas e políticas tendo em vista a superação das desigualdades sociais (Darido, 2001, p. 12).

Além desta localização crítica da Educação Física, o Referencial da Bahia, ainda, aponta a centralidade na Abordagem Crítico-superadora. Um desdobramento da abordagem crítica que sinaliza a Representação que apresenta e busca oficializar e disseminar sobre o esporte. Esta abordagem está marcada na história pela elaboração do livro, Metodologia do Ensino da Educação Física, do Coletivo de Autores.

Esta abordagem levanta questões de poder, interesse, esforço e contestação. Acredita que qualquer consideração sobre a pedagogia mais apropriada deve versar, não somente sobre questões de como ensinar, mas também sobre como se adquirir estes conhecimentos, valorizando a questão da contextualização dos fatos e do resgate histórico (Darido, 2001, p. 13).

Assim, norteado por esta fundamentação teórica e de mundo, o DCR/BA apresenta que:

A EFE no Novo Ensino Médio da Bahia está inserida em um cenário de transição curricular e reafirma sua importância histórica e cultural no desenvolvimento integral e da cidadania nas relações entre a contemporaneidade e sociedade com contribuições para a construção, o aprofundamento e a consolidação de conhecimentos acerca da Cultura Corporal alinhada às propostas previstas na BNCC. Adicionalmente, reforçamos que esse componente deve ser ofertado a todos os “Sujeitos do Ensino Médio” e ministrado por docentes licenciados em Educação Física (DCR/BA, 2021, p. 96).

No que diz respeito à Representação específica do conteúdo Esporte, nós vamos ver, na verdade, uma consonância com o Documento de Alagoas, já apresentado. Qual seja: uma leitura ampla do componente curricular e dos conteúdos da Educação Física. Buscando a construção crítica enunciada e formação de uma juventude que reconheça os conteúdos da EDF no seu trato cotidiano da mesma forma para que contribuam de forma autônoma e crítica com sua sociedade.

[...] destacamos que os estudos sobre as práticas corporais contemplam conhecimentos acerca dos contextos e significados de forma espiralada, abrangendo as relações das práticas corporais com a saúde, a estética, a mídia, os estilos de vida e o lazer; as problematizações acerca linguagem corporal produzida; as reflexões, vivências e ressignificações de percepções acerca das manifestações da cultura corporal; os padrões de desempenho, saúde, beleza e estéticos corporais estabelecidos pela sociedade; a percepção das formas de gestualidade e linguagem corporal. Salientam-se os vínculos com a organização da vida coletiva e individual, com os agentes sociais envolvidos em sua produção (Estado, mercado, mídia, instituições esportivas, organizações sociais, entre outras) e com a comunidade local (DCR/BA, 2021, p. 97).

Isso aponta na mesma direção de uma compreensão ampla da Educação Física e uma Representação do Esporte como um dos conteúdos delas, não apenas o único ou hegemônico.

Ao tratarmos do Documento Referencial do estado do Ceará, vamos ver que existe a compreensão do movimento humano como “espaço de reflexão”, capaz de contribuir para uma formação crítica da juventude cearense. O Referencial coloca as práticas corporais, de um modo geral, como partes integrantes de uma construção sociocultural e de experiências pessoais, tomando as dimensões micro e macro como balizadoras das vivências e construções.

O DCR do Ceará foca a questão da construção identitária no período da juventude, em que grande parte dos estudantes do Ensino Médio se encontra, e coloca a representação social da imagem como parte importante desse processo, onde as práticas corporais são elementos fundamentais.

Essa imagem, que em grande parte é corporal, precisa ser experimentada, reconfigurada e ampliada, no desejo de permitir que as juventudes se aceitem e acolham posturas mais sociáveis e saudáveis (DCR/CE, 2021, p. 108).

O estado do Ceará apresenta uma leitura da Educação Física e de seus conteúdos, fortemente, ligada ao debate da saúde, da identidade e de construções de imagens corporais como componentes identitários, até mesmo com os autores e debate teórico que utiliza.

No Ensino Médio, propomos a reflexão, discussão e aprofundamento das práticas corporais representadas pelas

Brincadeiras e jogos, como atividades lúdicas sem um conjunto estável de regras; pelos Esportes, como manifestações mais formais com regras pré-estabelecidas; pelas Ginásticas, que exploram o exercício do corpo nas suas diversas manifestações; pelas Danças, através dos movimentos rítmicos e organizados; pelas Lutas, que enfatizam as disputas corporais; pelas Práticas corporais de aventura, centradas nas situações de imprevisibilidade. Em complementaridade, incluímos a perspectiva do Corpo e saúde, temática que deve percorrer o estudo das práticas corporais enfatizando os aspectos nutricionais, fisiológicos, de condicionamento físico, da biomecânica e outros elementos relacionados à prática de exercícios físicos (DCR/CE, 2021, p. 108).

O Documento apresenta a proposta de conteúdos de forma abrangente, mas reforça a questão da saúde e um engessamento da Representação do Esporte mais ligada à compreensão do esporte de rendimento, secularizado, institucionalizado. Porém, enfatiza uma concepção de EDF no plano da experiência ampla ao afirmar que esta perpassa não somente pelo conhecimento das práticas corporais, mas também pela experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise, compreensão e protagonismo comunitário, em conformidade com as dimensões do conhecimento já especificadas na BNCC para o Ensino Fundamental (DCR/CE, 2021).

Quanto ao que apresenta o Documento Referencial do Estado do Maranhão, num primeiro momento podemos achar que, na área de Linguagem e Suas Tecnologias, há uma valorização do componente curricular Língua Portuguesa, já que o texto foca em conteúdos da comunicação verbal e, notadamente, uma necessidade para dar seguimento nos estudos.

Contudo, olhando mais atentamente, veremos que há um debate sobre os outros componentes da Linguagem e Suas Tecnologias. E, olhando para Educação Física, vemos a afirmação de como o “[...] trabalho com a corporeidade e a motricidade, contribui nos atos de linguagem” (DCR/MA, 2021, p. 79). Quanto aos conteúdos da EDF, vemos que segue o que aponta a BNCC, dentro do conjunto de práticas diversas:

[...] que o componente curricular educação física é apresentado na BNCC para o ensino médio como uma abordagem integrada da cultura corporal de movimento na área de Linguagens e suas Tecnologias, aprofunda e amplia o trabalho realizado no ensino

fundamental, criando oportunidades para que os estudantes compreendam as inter-relações entre as representações e os saberes vinculados às práticas corporais, em diálogo constante com o patrimônio cultural e as diferentes esferas/campos de atividade humana (BRASIL, 2017, p. 475) [...] dessa forma, ressaltamos a importância de tratar temas como o direito ao acesso às práticas corporais pela comunidade, a problematização da relação dessas manifestações com a saúde e o lazer ou a organização autônoma e autoral no envolvimento com a variedade de manifestações da cultura corporal de movimento (DCR/MA, 2021, p. 80).

Ainda, tratando especificamente dos conteúdos, o Documento segue o norte da BNCC, apontando que ao experimentarem práticas da educação física em temáticas como brincadeiras e jogos, esporte, ginástica, dança, lutas e práticas corporais de aventura, os jovens se movimentam com diferentes intencionalidades, construídas em suas experiências pessoais e sociais com a cultura corporal de movimento (DCR/MA, 2021). Novamente, o Esporte aparece Representado como um dos conteúdos capaz de integrar um conjunto de experiências que vai contribuir para formação ampla desses estudantes do Ensino Médio.

Já o Documento Referencial da Paraíba, na área de Linguagens e Suas Tecnologias, dá um grande foco na produção textual e língua escrita. Contudo, reforça que a leitura não pode ser apenas direcionada aos exercícios de vestibulares, nem ficar restrita a um espaço de estudo dos aspectos gramaticais da língua, mas deve priorizar uma abordagem textual que considere a qualidade estética do texto, a estrutura textual como construção de sentidos, a observação dos aspectos culturais de produção e circulação das obras, a fruição estética e a crítica ideológica, assim como os múltiplos sentidos que o leitor pode produzir durante a leitura, fomentando as práticas de leituras e pesquisas ubíquas (DCR/PB).

Na leitura mais atenta deste documento da Paraíba, veremos que há uma opção por organizar as unidades temáticas por campos de atuação das linguagens e, neste contexto:

As unidades temáticas referentes ao Componente Curricular Educação Física perfazem/contemplam a cultura corporal do movimento (jogos, lutas, esportes, danças e ginásticas) e mais atividades corporais de aventura, sendo considerado o

regionalismo contido em cada prática corporal (DCR/PB, 2021, p. 236).

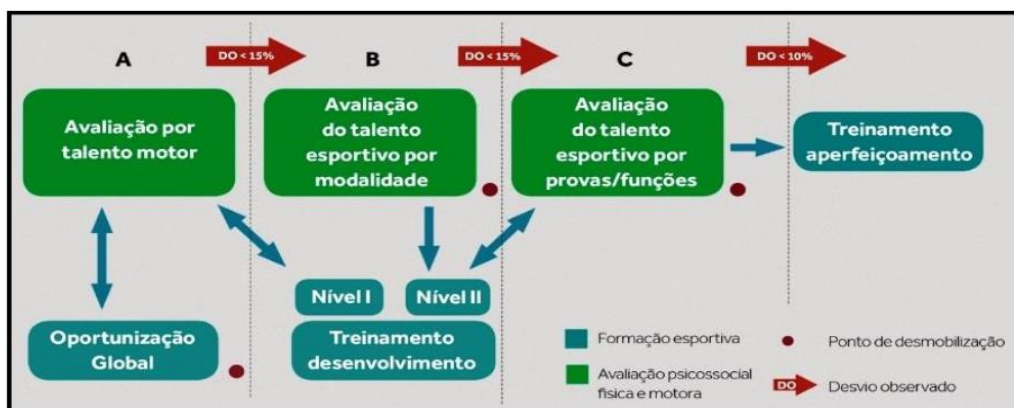
O DCR/PB ainda afirma que o campo está intimamente relacionado com o campo da Psicologia Social.

Desta forma, propomos conteúdos curriculares que são da Escola e não para Escola (CAPARROZ, 2007), que possam ser aplicadas nas mais diversas realidades paraibanas. Como essa proposta é apenas uma sugestão para prática docente, não incentivamos o engessamento entre unidade curricular e campos de conhecimento, como também entre unidade temática e seriação no nível médio, pois acreditamos na autonomia didática dos professores e que este sente na pele a realidade escolar, reconhecendo os limites e potencialidades da sua comunidade (DCR/PB, 2021, 237).

Mas e o Esporte e sua Representação? O Documento da Paraíba Representa o Esporte da forma hegemônica e de rendimento, da forma habitual e historicamente construída, como podemos ver no quadro que apresentam:

Figura 2 – Representação do Esporte/Pernambuco

Figura 1: Fases do sistema de identificação e desenvolvimento de talentos para o esporte.



Fonte: Sistema de Identificação e Desenvolvimento de Talentos para o Esporte, 2017.

Fonte: DCR/PB (2021, p. 237).

Ainda, reforçam que:

Com isso, afirmamos que a Educação Física escolar pode participar da formação esportiva na fase de oportunidade global de práticas esportivas, de acordo com o Sistema de Identificação e Desenvolvimento de Talentos para o Esporte que é incentivado pelo Comitê Olímpico do Brasil (DCR/PB, 2021, p. 237).

Mesmo utilizando referências como Paulo Freire, o Coletivo de Autores, Elenor Kunz, autores que defendem uma educação mais crítica, podemos perceber uma Representação do Esporte ligada à lógica de formação de talentos e fundamentada pelo debate da perspectiva do Desenvolvimento Motor e Treinamento Esportivo, reproduzindo uma perspectiva que está na contramão do debate dos outros Documentos Referenciais.

Partindo para o DCR do Pernambuco, veremos que trata o Esporte na grade curricular de cada ano do Ensino Médio. Representa este Esporte de forma abrangente em articulação direta com as competências e habilidades recomendadas pela BNCC.

Esportes [...] e suas relações com: padrões de desempenho, saúde, estética, gênero, sexualidade, classe social e etnia [...] sistematização e (re) organização de regras/ estratégias, evidenciando a inclusão (DCR/PE, 2020, p. 160).

Neste Documento conseguimos perceber a articulação entre a representação técnica do Esporte e sua leitura crítica. É possível perceber a Representação do Esporte tanto como prática corporal com técnicas e táticas e sua Representação como elemento sociocultural. É possível vislumbrar isto quando apontam os conceitos de saúde, atividade física, exercício físico e qualidade de vida, suas relações com o esporte e implicações no processo de construção da identidade dos sujeitos (DCR/PE, 2020). Ou seja, há uma Representação mais global do Esporte em que considera os múltiplos aspectos da prática corporal.

O Documento Curricular Referencial do Piauí apresenta uma leitura articulada da BNCC e Novo Ensino Médio, mas debate de modo mais generalista a Educação, a aprendizagem, a avaliação, o currículo, mas não trata de forma específica os componentes curriculares de nenhuma área. Apresenta, entretanto, uma pesquisa sobre a escolha dos estudantes sobre as áreas, já que a flexibilização do currículo permite, como apontam, esta conjuntura. Vejamos:

Quadro 1 – respostas dos estudantes quanto à escolha para aprofundamento

ÁREA	PERCENTUAL
Matemática e suas Tecnologias	23,5%
Linguagens e suas Tecnologias	26,9%
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	32,7%
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	30,9%
Formação Técnica e Profissional	42,1%

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da escuta com os estudantes.

Fonte: DCR/PI (2021, p. 80)

O DCR/PI ainda situa sua fundamentação numa educação emancipadora, buscando ouvir os estudantes e “[...] anseios das juventudes, a fim de garantir uma educação integral (DCR/PI, 2021, p. 78). O Documento justifica a falta de trato específico desta forma:

Mesmo constando em documentos orientadores da Rede, construídos para fins de implementação e regramentos internos, destaca-se que a proposta trará uma matriz única para a Formação Geral Básica, comum a todos os estudantes do Ensino Médio, e uma matriz flexível para a parte de Itinerários Formativos, construída a partir das especificidades de cada forma, regime e modalidade de oferta. E, sob essa perspectiva, entende-se que a definição das matrizes curriculares requer um trabalho coletivo que envolva todos os segmentos da Secretaria e que, por essa razão, não constitui item obrigatório deste documento curricular, mas um item complementar que será elaborado em normativo específico pela Rede (DCR/PI, 2021, p. 86).

Contudo, ainda faz uma leitura de cada componente da área de Linguagens e Suas Tecnologias e questiona o papel destes, apontando para uma leitura atenta, ainda que mais generalista em comparação aos outros Documentos aqui estudados. Assim, discute o histórico higienista e ligado à aptidão física que a Educação Física teve e aponta um caminho mais crítico desta disciplina escolar:

Portanto a direção da prática pedagógica da educação física, deve estar alinhada ao princípio da mediação crítica entre teoria e prática, assegurando que os alunos (re) signifiquem os conhecimentos, como ferramentas mentais que auxiliem na compreensão a respeito dos seus movimentos e dos recursos

para o cuidado de si e dos outros. E ainda, Desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade (DCR/PI, 2021, p. 123).

Nesse sentido, dialogando com o Coletivo de Autores, afirma (DCR/PI, 2021) que o ensino dos jogos, das lutas, da dança, da ginástica e outras manifestações culturais do movimento humano deve provocar a participação criativa do aluno. Desta forma, coloca o Esporte no bojo dos conteúdos, mas na verdade, critica o modelo da aptidão física em que há muito representou a prática esportiva na escola e afirma:

A realidade atual e complexa exige um corpo ágil, consciente, multidisciplinar para captar seus sinais, vislumbrar em profundidade as novidades de processos humanos que estão acontecendo, para compreender, analisar, intervir. [...] Assim sendo, espera-se, que os conhecimentos abordados no Ensino Médio, além das proposições técnicas e orientação da prática, devem deixar claros o significado real e os valores que estas ações originam, em função do contexto metodológico e institucional em que estas se desenvolvem [...] Que possam suscitar nos estudantes uma participação política mais efetiva no que se refere à organização dos espaços e recursos públicos de prática de esporte, ginástica, dança, luta, jogos populares, entre outros (DCR/PI, 2021, p. 125-126)

Ou seja, a forma generalista apresentada no texto coloca o Esporte como Representação de prática que deve ser contextualizada e crítica, superando o seu trato histórico ligado ao rendimento no espaço escolar, ainda que não haja um debate muito amplo sobre a forma de tratá-lo na escola.

Partindo para o Referencial Potiguar (Rio Grande do Norte), vamos ver que apresenta os conteúdos da Educação Física de forma bastante ligada ao debate da saúde, a prática de atividade física. Reconhece e reforça a importância da linguagem corporal para uma formação ampla e crítica da juventude, afirmando que jogos e brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura, que possibilitará aos alunos refletirem sobre essa linguagem, aprofundando seus conhecimentos sobre as potencialidades e os limites do corpo, a importância de se assumir um estilo de vida ativo e os condicionantes

do movimento relacionados à manutenção da saúde. Mas ainda apresenta uma compreensão bem estreita da importância social das práticas corporais ligando-as a questão quase exclusiva da qualidade de vida e saúde (DCR/RN, 2021).

Dentro desta conjuntura, Representa o Esporte a partir da lógica da competição e do rendimento, comungando com o trato historicamente hegemônico deste conteúdo nas aulas de Educação Física Escolar.

Ademais, promove através da descoberta de talentos e intensificação dos treinamentos esportivos, a participação em eventos desportivos escolares, locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais, conforme estabelece a regulamentação própria (DCR/RN, 2021, p. 96).

Ainda, relaciona “as manifestações da cultura corporal” a construção de uma educação do “Se Movimentar”, compreendida como um processo que integra sujeito (a sua individualidade) e cultura (fatores históricos e sociais), ou seja, um processo que une e incorpora fatores genéticos, hereditários, maturacionais, sociais e culturais. Ao experimentarem as diferentes possibilidades de “Se Movimentar” nas práticas corporais da Educação Física, os estudantes têm a oportunidade de atribuir sentido e significado para os códigos e signos que compõem a chamada cultura corporal.

Logo, apesar de buscar uma argumentação e construção crítica das práticas corporais e, assim, da Representação do Esporte, ainda está fortemente vinculada ao debate da saúde e prática que estabelece ligações com a imagem corporal, aptidão física, fortalecimento emocional e pouco contextualiza o Esporte e os outros conteúdos à conjuntura escolar, ao contexto sociocultural e histórico em que foram e são elaborados.

O Documento Referencial Curricular de Sergipe, na sua versão final, apresenta uma leitura crítica dos conteúdos da Educação Física Escolar, afirma que:

No Ensino Médio, segundo a BNCC, os alunos deverão experimentar novas brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura, porém precisarão ser desafiados a refletir sobre essas práticas de modo social ou cultural. Os docentes deverão promover discussão sobre as práticas corporais, em prol da cidadania e seu protagonismo comunitário, visando o desenvolvimento do autoconhecimento e

autocuidado com o corpo e a saúde, à socialização e ao lazer. A tomada de decisões éticas em defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos deverá ser trabalhada nas modalidades esportivas nessa etapa de ensino (DCR/SE, 2022, p. 32).

Sobre a Representação do Esporte, este documento também a coloca dentro da lógica da saúde, dando menos relevância aos aspectos do rendimento, mas pontuando a importância para uma melhor qualidade de vida e como este deve ser um norte para os professores ao tratar do Esporte, e os outros conteúdos da EDF.

Nesse sentido, os docentes devem promover a conscientização sobre o exercício físico, adoção de vida ativa e a manutenção da saúde, além de propiciar discussão a respeito da utilização dos espaços públicos e privados para o desenvolvimento de práticas corporais recreativas e esportivas em prol da cidadania e de seu protagonismo comunitário, podendo desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e a saúde, a socialização e o entretenimento (DCR/SE, 2022, p. 32-33).

Seguindo o debate e análise dos Documentos Referenciais Curriculares dos Estados do Nordeste para o Ensino Médio e a Representação do Esporte nestes materiais, podemos ver algumas aproximações e distanciamentos entre eles. Primeiro, há um intuito claro de representar a EDF como um componente curricular de forma mais crítica, buscando superar a forma como foi tratado durante muito período da sua história, como já apontamos. Contudo, quando fazemos a análise mais atenta dos conteúdos desta disciplina, vamos ver que ainda existe uma justificativa muito ligada ao debate da saúde. Isso não significa um ponto negativo, por si só, mas os aspectos pedagógicos, culturais, sociais e críticos acabam, em grande maioria, ficando em segundo plano.

Quanto a Representação do Esporte especificamente veremos que ela segue a lógica dominante, do Esporte de rendimento e, em determinados textos, há ainda a justificativa da aptidão física, a busca de talentos. Tais representações apontam para um aspecto da Educação Física que ainda não foi superado. A busca por uma EDF mais crítica, emancipatória e socialmente contextualizada não foi firmemente materializada na maioria dos documentos aqui analisados.

Neste sentido, retomando o conceito e debate de representações, podemos comungar com de Souza e de Souza (2021) quando afirmam que as representações coletivas abriram espaços para originar as representações sociais, sendo elas formadas por “práticas sociais do grupo e não apenas do ‘se pensar’”, formando-se pelo conjunto de ações cotidianas de um grupo, desenvolvidas por meio de seu modo de interpretar o mundo, de viver e pensar que se assemelham entre os indivíduos.

Colocando o Esporte neste debate, então, o que conseguimos perceber é que a representação social do Esporte para escola ainda está fortemente ligada a sua representação coletiva construída ao longo da história. Ou seja, a lógica do rendimento, da aptidão, da busca por talentos acaba se colocando, nos DCRs, como um norte para as práticas pedagógicas no Ensino Médio. Porém, conseguimos perceber, também, um intuito de torná-lo um conteúdo mais crítico dentro da EDF Escolar, apresentando alguns avanços mais firmes em alguns documentos do que em outros.

Devemos levar em consideração que a construção destes documentos são recentes, apesar do debate sobre o Esporte da Escola já está consolidado na área da Educação Física. Talvez o caminho seja uma formação de professores mais críticos e a elaboração de Documentos que levem mais em conta pesquisas e produções mais recentes da educação física sobre o esporte.

Neste sentido, buscamos, brevemente, analisar em dois currículos de cursos superiores do Estado da Bahia a forma como o Esporte é tratado na formação de professores, dos quais fizemos a opção por manter o anonimato das Instituições, tendo em mente que a breve análise do fluxograma não representa a totalidade dos contextos. Assim, um dos fluxogramas analisados (Imagem 4) foi do último semestre do ano de 2019, momento em que o debate sobre o Novo Ensino Médio já estava em efervescência no país. Neste currículo, vemos o Esporte aparecer de várias formas, entre Metodologias e Treinamentos Esportivos.

O outro fluxograma (Imagem 5), do ano de 2013, ou seja, bem anterior ao debate apresentado pelo Novo Ensino Médio, apresenta nas disciplinas um trato do Esporte diversificado, como esporte de quadra I e II, história do Esporte e alguns esportes tratados mais especificamente, como as Lutas que, dentre elas,

algumas são consideradas esportivas e outras não. Além de disciplinas optativas que tratam do esporte.

O que queremos apontar com estes fluxogramas é que o esporte, na formação de professores da Bahia, ainda é um conteúdo central e, acreditamos que o deva ser. Contudo, a forma como ele é tratado e ensinado no espaço de formação docente é que deve ser melhor contextualizada para que essas mudanças das Representações Coletivas do Esporte de Rendimento chegue de forma diferenciada no espaço escolar. Contudo, não cabe no espaço de tempo/texto/pesquisa o aprofundamento desta questão dos currículos de formação docentes, mas apontamos questões que podemos ser aprofundadas em pesquisas futuras para contribuir com a área.

Imagem 4 – Grade Curricular de um Curso de Licenciatura em Educação Física

1º SEMESTRE 420 horas	2º SEMESTRE 405 horas	3º SEMESTRE 420 horas	4º SEMESTRE 435 horas	5º SEMESTRE 420 horas	6º SEMESTRE 405 horas	7º SEMESTRE 405 horas	8º SEMESTRE 300 horas
(BIO162) Biologia Humana 75 h	(BIO175) Anatomia Humana 60 h	(SAU191) Metodologia do Esporte I 75 h	(SAU193) Metodologia do Esporte II 75 h	(SAU195) Metodologia da Educação Física e do Esporte Adaptado 60 h	(SAU328) Metodologia da Capoeira 60 h	(SAU305) Metodologia das Atividades Aquáticas 60 h	(SAU157) Políticas Públicas, Planejamento e Gestão em Ed. Física, Esporte e Lazer 60 h
(SAU184) Metodologia da Ginástica 60 h	(SAU326) Introdução aos Estudos do Lazer e Saúde para Educação 60 h	(BIO407) Fisiologia Humana 60 h	(SAU142) Medidas e Avaliação em Educação Física I 60 h	(SAU196) Educação Física e Saúde Coletiva 75 h	(SAU199) Seminário de Projeto 60 h	(SAU306) Metodologia da Dança 60 h	(SAU307) Trabalho de Conclusão de Curso 30 h
(SAU185) História da Educação Física, Esporte e Lazer 60 h	(SAU188) Metodologia do Jogo 60 h	(SAU150) Primeiros Socorros 60 h	(BIO450) Fisiologia do Exercício 60 h	(SAU197) Metodologia das Manifestações Culturais 60 h	(SAU143) Treinamento Desportivo 60 h	(EDU115) Política e Gestão Educacional I 60 h	Optativa 2 60 h
(SAU186) Introdução ao Trabalho Científico em Educação Física 60 h	(EDU416) Filosofia da Educação 60 h	(EDU650) Teorias da Educação 60 h	(EDU612) Psicologia e Educação 75 h	(LET808) LIBRAS: Noções Básicas 45 h	(SAU200) Metodologia das Lutas 60 h	(SAU327) Educação e Lazer 60 h	Optativa 3 60 h
(SAU325) Corpo e diversidade 60 h	(EDU113) Educação Especial e Políticas Educacionais Inclusivas 60 h	(EDU651) Didática 60 h	(EDU196) Teoria e Metodologia da Educação Física 60 h	(SAU198) Aprendizagem e Desenvolvimento Humano 60 h	(EDU311) Relações Étnico-Raciais na Escola 60 h	Optativa 1 60 h	(EDU478) Estágio Curricular em Educação Física IV 90 h
(SAU187) Prática Curricular em Educação Física I 105 h	(SAU189) Prática Curricular em Educação Física II 105 h	(SAU192) Prática Curricular em Educação Física III 105 h	(SAU194) Prática Curricular em Educação Física IV 105 h	(EDU197) Estágio Curricular em Educação Física I 120 h	(EDU198) Estágio Curricular em Educação Física II 105 h	(EDU199) Estágio Curricular em Educação Física III 105 h	

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: **3.410 horas**
 COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO: **2.190 horas**
 COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO: **180 horas**
 ATIVIDADE COMPLEMENTAR: **200 horas**

CARGA HORÁRIA MÍNIMA POR SEMESTRE: **300 horas**
 CARGA HORÁRIA MÁXIMA POR SEMESTRE: **435 horas**
 ESTÁGIO SUPERVISIONADO: **420 horas**
 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO: **420 horas**

Ativar o W
 Acesse Confiç

Fonte: Página do Curso de Graduação da Universidade (2019).

Imagem 5 - Grade Curricular de um Curso de Licenciatura em Educação Física

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
CH 405 CRED 19	CH 420 CRED 19	CH 435 CRED 20	CH 405 CRED 18	CH 480 CRED 19	CH 540 CRED 22	CH 360 CRED 15	CH 315 CRED 13
ANATOMIA (2) DCB0719 60h (2.1.0)	ABORDAGEM DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DSI0001 60h (2.1.0)	EDUCAÇÃO FÍSICA E DIVERSIDADE CULTURAL DSI0447 60h (2.1.0)	ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO I DSI0453 45h (1.1.0)	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I DSI0462 135h (1.1.2)	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II DSI0468 135h (1.1.2)	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (4) DSI0763 90h (1.1.1)	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV (2) DSI0764 90h (1.1.1)
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO DOHL0437 45h (1.1.0)	ANTROPOLOGIA CORPO E EDUCAÇÃO FÍSICA DSI0441 45h (1.1.0)	FLOSOFIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA DSI0449 60h (2.1.0)	EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA I DSI0455 45h (1.1.0)	ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO II DSI0459 45h (1.1.0)	LIBRAS DOHL0701 60h (2.1.0)	AVALIAÇÃO FUNCIONAL (2) DSI0472 45h (1.1.0)	ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DSI0478 45h (1.1.0)
PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM DCHL0438 60h (2.1.0)	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR II DSI0443 60h (2.1.0)	GINASTICA I DSI0450 45h (1.1.0)	FUNDAMENTOS DO TREINAMENTO DSI0456 45h (1.1.0)	ATIVIDADE FÍSICA E ENVELHECIMENTO DSI0460 45h (1.1.0)	CAPOEIRA (2) DSI0466 45h (1.1.0)	ESPORTE, MÍDIA E EDUCAÇÃO DSI0473 45h (1.1.0)	DANÇA (2) DSI0479 45h (1.1.0)
CURRÍCULO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DSI0004 45h (1.1.0)	EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DSI0444 45h (1.1.0)	NÚCLEO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA I DSI0451 105h (1.3.0)	LAZER, CULTURA E EDUCAÇÃO FÍSICA DSI0457 45h (1.1.0)	ESPORTE, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DSI0461 60h (2.1.0)	NÚCLEO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA IV DSI0469 105h (1.3.0)	EXERCÍCIOS RESISTIDOS DSI0475 45h (1.1.0)	GINÁSTICA II DSI0481 45h (1.1.0)
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR I DSI0438 60h (2.1.0)	ESPORTES DE QUADRA II DSI0445 75h (1.2.0)	PROCESSOS DIDÁTICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA DSI0452 60h (2.1.0)	NÚCLEO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA II DSI0458 105h (1.3.0)	FUNDAMENTOS DAS LUTAS DSI0463 45h (1.1.0)	POLÍTICA E GESTÃO EM ESPORTE E LAZER DSI0470 45h (1.1.0)	HIDROGINÁSTICA (2) DSI0476 45h (1.1.0)	TÓPICOS ESPECIAIS I (2) DSI0765 45h (1.1.0)
ESPORTES DE QUADRA I DSI0439 75h (1.2.0)	NATAÇÃO (2) DSI0446 45h (1.1.0)	FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO (2) DSI0758 60h (2.1.0)	ATIVIDADES FÍSICA E SAÚDE DSI0760 60h (2.1.0)	NÚCLEO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA III DSI0464 105h (1.3.0)	SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA I DSI0471 45h (1.1.0)	SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA II DSI0477 45h (1.1.0)	TÓPICOS ESPECIAIS II (2) DSI0766 45h (1.1.0)
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA (2) DSI0756 60h (2.1.0)	BASES BIOLÓGICAS E FISIOLÓGICAS DA ATIVIDADE FÍSICA (2) DSI0757 90h (2.2.0)	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DSI0759 45h (1.1.0)	CINESIOLOGIA (2) DSI0761 60h (2.1.0)	POLÍTICA E GESTÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DSI0465 45h (1.1.0)	EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA II (2) DSI0762 60h (2.1.0)	Optativa II 45h (1.1.0)	
					Optativa I 45h (1.1.0)		

Fonte: Página do Curso de Graduação da Universidade (2013).

3 PRODUTO EDUCACIONAL: CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ESPORTE E SUAS REPRESENTAÇÕES DIALOGANDO COM OS DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA PARA O ENSINO MÉDIO

Os programas de mestrado e doutorados profissionais possuem especificidades que os diferem de programas acadêmicos. Sendo, ainda, programas de pós-graduação *strictu sensu*, a finalidade pode ser compreendida como estreitamento dos laços entre a produção de pesquisas e o setor de atuação profissional, mais diretamente, para que melhorias chegue mais rápida e diretamente ao contexto profissional e produtivo.

A Capes aponta como objetivos dos programas de pós-graduação profissionais:

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados [...] (MEC, 2017, p. 61).

Desta forma, além da pesquisa documental que realizamos, faz parte do processo do PROEF a elaboração de um Produto Educacional que se relacione com a temática debatida na pesquisa e contribua de alguma forma com a qualificação profissional da área. Assim, pensado nas lacunas que a pesquisa nos apontou, notadamente a formação continuada para qualificação profissional dos docentes de Educação Física, no que tange ao conhecimento dos Documentos Curriculares Referenciais e a compreensão da relevância do Esporte e suas Representações e as possibilidades de trato nas aulas de EDF.

Gonzales et al. (2014) nos diz como o esporte educacional como conceito teórico para designar uma manifestação social específica do fenômeno esporte pode ser ambíguo, isso porque:

[...] o adjetivo educacional pressupõe a existência de outras manifestações esportivas que não carregariam essa possibilidade, quando há clareza que, num sentido amplo de educação, não há prática social que não transmita sentidos e

significados, ainda que o legado não seja defensável do ponto de vista social e cultural (Gonzales et al. p. 36, 2014).

O que fica no nosso horizonte, após toda pesquisa feita e seu diálogo com o referencial teórico apresentado, é que o Esporte é um fenômeno sociocultural de importância inquestionável e o seu trato nas aulas de Educação Física é central, mas a representação que ele possui em diferentes espaços, por vezes, pode perder relevância para questões técnicas e táticas, por isso o nosso Produto Educacional objetiva fazer uma formação continuada, ainda que em pouco tempo, para que os docentes percebam o que foi mencionado acima, o esporte educacional não existe sozinho, ele se articula com o fenômeno esportivo e, portanto, deve ser tratado com a manifestação plural e multipotencial que é.

Além do reconhecimento do fenômeno esportivo nas aulas de Educação Física e pela minha experiência como docente, consigo perceber que, por vezes, nos falta conhecimento dos aspectos legais que orientam a prática pedagógica dos/das docentes de EDF, assim buscamos elaborar a articulação entre debate teórico e discussões sobre os documentos legais que orientaram os dados da nossa pesquisa.

O esporte é um fenômeno cultural riquíssimo, mas a forma que é tratado pedagogicamente no espaço escolar formal deve superar limitações que o coloquem como prática meramente reprodutora de suas manifestações de rendimento e/ou espetáculo. É preciso ter em mente que o esporte na escola deve servir ao fim educativo, crítico e não mero reprodutor técnico e tático.

Neste sentido, o que está pesquisa nos apontou de dados que referenciam e reforçam a construção de uma formação continuada, como Produto Educacional, foi que conseguimos perceber consonância sobre a área de Linguagem e Suas Tecnologias e seus componentes curriculares integrantes, onde a linguagem verbal, corporal, artísticas são valorizadas como formas de comunicação e formação crítica do público jovem do Ensino Médio regular, mas também de outras modalidades de Ensino Médio, como integral, EJA. Assim, localizar a Educação Física dentro desse contexto de leitura crítica das práticas corporais como elemento fundamental da linguagem, contribui para a formação da representação do Esporte que esses documentos.

A localização da Educação Física na área de Linguagens e suas Tecnologias pode contribuir para um olhar mais amplo e crítico deste componente curricular e, dentro disto, do Esporte. Assim, dialogando com o Coletivo de Autores, afirma (DCR/PI, 2021) que o ensino dos jogos, das lutas, da dança, da ginástica e outras manifestações culturais do movimento humano deve provocar a participação criativa do aluno.

Outro que a análise final nos apontou foi que há um intuito claro de representar a EDF como um componente curricular de forma mais crítica, buscando superar a forma como foi tratado durante muito período da sua história, como já apontamos. Contudo, quando fazemos a análise mais atenta dos conteúdos desta disciplina, vamos ver que ainda existe uma justificativa muito ligada ao debate da saúde. Isso não significa um ponto negativo, por si só, mas os aspectos pedagógicos, culturais, sociais e críticos acabam, em grande maioria, ficando em segundo plano.

Agora, quanto a Representação do Esporte especificamente veremos que ela segue a lógica dominante, do Esporte de rendimento e, em determinados textos, há ainda a justificativa da aptidão física, a busca de talentos. Tais representações apontam para um aspecto da Educação Física que ainda não foi superado. A busca por uma EDF mais crítica, emancipatória e socialmente contextualizada não foi firmemente materializada na maioria documentos aqui analisados.

Todo este movimento do nosso produto vem para buscar contribuir com os planejamentos pedagógicos dos professores de Educação Física, no sentido de trabalhar o Esporte a partir de diversas representações e formas de trata-lo em sala de aula. É perceber-lo, enquanto mais um dos conteúdos da EDF, como o múltiplo, complexo, político e integrante da realidade cotidiana das pessoas, dos jovens que compõe este ensino médio.

Isto depende de uma tomada de consciência do processo educativo entorno deste esporte na escola e do papel do professor. Primeiro então, devemos admitir que o/a educador/a é um ser humano que está inserido na sociedade e, por vezes, imerso nos mecanismos alienantes – ainda que esta não devesse ser a realidade. Logo, falamos do debate sobre o docente compreender e ter ativamente a consciência do papel político e de poder das duas aluas.

Neste sentido, Vasconcelos (2012) nos apresenta uma provocação que vale ser considerada:

[...] seja para os alunos, seja para os professores, a escola corresponde a uma opção formal que aliena o caráter existencial e político da experiência pedagógica. O trabalho de ensino-aprendizagem, tomado como mera forma sobrevivência pelo professor ou como mercadoria pelo aluno, perde sua dimensão humana e reduz-se a uma relação feita de trocas institucionais. O trabalho intelectual é tomado como fim em si mesmo, adequado a restritas aspirações profissionalizantes, desvinculado das causas, sentidos e compromissos que poderiam orientá-lo (Vasconcelos, 2012, p. 25).

Logo, podemos compreender que o processo envolve aluno e docente, e uma possível instrumentalização racional e técnica do aprendizado, veiculado e potencializado pela instituição escolar. Sendo então, importante e necessária a construção constante da formação crítica, não apenas do aluno, mas também dos docentes que mediam o conhecimento, neste caso, o Esporte.

Neste sentido, devemos levar em consideração as constantes mudanças sociais, culturais que interferem na Educação, inclusive a elaboração de documentos e diretrizes que fornecem novas orientações para a prática docentes, fazendo-se necessária formações continuadas.

Nesta cena, Magalhães e Azevedo (2015) afirmam que:

[...] quando se destaca a formação continuada, os estudos têm mostrado a importância das experiências prévias na constituição da profissionalidade, por estarem esses docentes inseridos em instituições escolares por um longo período e apresentarem conceitos e representações sobre o ensino e sobre o papel do professor. Essas experiências prévias podem e devem, em nosso entender, ser trabalhadas como um aspecto singular na trajetória do docente e abordadas como algo que pode facilitar ou dificultar a construção de novas concepções, novas atitudes e valores sobre a docência (Magalhães; Azevedo, 2015, p. 28).

Logo, um curso de formação continuada pode contribuir para o planejamento consciente dos diversos aspectos do esporte que vai se materializar na práxis pedagógica, na busca de fazer da ação docente uma práxis atualizada e ativa nas mudanças socioculturais e relevantes para o contexto de sala de aula.

Por tudo dito, fica sinalizada a importância que o curso de formação pode contribuir para a prática docente e, no seu ponto sociocultural, contribuir para uma representação do esporte que o abarque de forma mais crítica e ampla.

Desta forma, apresentamos a nossa proposta de um curso de formação continuada sobre esporte no ensino médio a partir do Documento Curricular Referencial da Bahia e da literatura de interesse.

1. PÚBLICO-ALVO:

Professores de Educação Física do Ensino Médio do Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia.

2. OBJETIVO:

O objetivo central é estabelecer diálogos com os professores de Educação Física, tentando perceber como tratam o esporte nas suas aulas e como compreendem a construção de representação deste no espaço social e suas Reproduções e/ou reconstruções no cotidiano escolar de forma a contribuir com a realidade da Juventude desta escola.

3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE FORMAÇÃO:

O Trabalho de Formação será desenvolvido em quarenta horas/aula, distribuídas em oito dias, durante um turno (manhã ou tarde) a depender da disponibilidade dos professores e professoras participantes. E, caso seja inviável o presencial, o curso pode acontecer de forma remota no turno da noite. Serão usados procedimentos metodológicos como: aulas expositivas e dialogadas; leitura do Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio e textos sobre Representação do Esporte na Escola e na Sociedade.

4. ENCONTROS

- I – Identificação e análise da realidade dos professores e seu conhecimento sobre o DCR/BA (4horas);
- II – Proposta de leitura e debate sobre o texto: Sociologia Crítica do Esporte: uma Introdução (Valter Bracht, 1997) (4horas);
- III – Proposta de leitura e debate sobre a parte II do texto: Educação Física: cenas de um casamento (in) feliz (Valter Bracht, 1999) (4horas);
- IV – Discussão sobre Representação do Esporte na Sociedade e na Escola (4horas);
- V – Esporte: conceitos e perspectivas (4horas);
- VI – Planejamento participativo: conceitos e perspectivas (4horas);
- VII – Diálogo sobre as experiências em sala de aula e a aproximação com o

que foi dialogado até aqui, bem como o diálogo entre suas formações em Educação Física e o trato do esporte em suas aulas e sociedade atual (4horas);

- VIII – Perspectivas para o trato do Esporte em diálogo com o contexto sociocultural e teórico apresentado (4horas);
- IX Proposta de elaboração de material didático para orientação do planejamento pedagógico relativo ao trato do esporte em sala de aula (4horas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Empreendimento de realizar uma pesquisa nunca é simples, por mais fácil que possa parecer inicialmente. Entre o projeto construído, a realização da pesquisa e os resultados obtidos diversas coisas podem acontecer. Tanto a contribuir positivamente para seu andamento, quanto dificultar e apresentar desafios. Contudo, os resultados finais, quase sempre, vão no sentido de desenvolvimento da ciência e, neste caso específico, da Educação e da Educação Física.

Procurar analisar os Documentos Curriculares Referenciais, para o Ensino Médio, dos estados do nordeste brasileiro foi uma empreitada que nos desafiamos a realizar. Isto para buscar estabelecer reflexões em torno do que foi produzido, do ponto de vista legal, sobre a Educação, a Educação Física e o Esporte mais centralmente. Compreender a representação do esporte nestes documentos legais nos mostra como o poder público dialoga e pensa a realidade destes locais, e o público que está inserido nesta etapa da Educação Básica e vivencia o Esporte em suas variadas formas no cotidiano, além dos diálogos que estabelecem com as produções intelectuais da área.

Isto é de suma importância para avançarmos como sociedade e como componente curricular que integra a escola e forma os cidadãos de uma sociedade que se pretende crítica, que busca superar suas desigualdades e tem límpido o papel educativo neste processo.

Assim, se o Esporte representou durante um longo período da sua história um papel de reprodutor de desigualdades e preconceitos, de classe, de gênero, de etnias, consolidando-se como hegemônico conteúdo da Educação Física Escolar e reprodutor da Representação do rendimento. Contudo, esta perspectiva tem sido alvo de críticas e pesquisas, estudos buscam superá-la sinalizando para o esporte da escola como conteúdo que deve ser tratado mais criticamente e contextualizado de forma a contribuir com a conscientização deste fenômeno como elemento sociocultural.

Assim, buscando perceber a Representação do Esporte a partir da elaboração do Novo Ensino Médio e dos Documentos Curriculares Referenciais que dele se desdobrou, vimos que ainda perdura uma Representação do

Esporte de Rendimento como conteúdo da EDF Escolar. Também, uma perspectiva da valorização da saúde, uma melhor qualidade de vida é buscada para justificar e orientar o ensino do esporte.

Porém, vimos também que há uma busca por superar esse trato hegemônico do esporte de rendimento no espaço escolar, onde a leitura crítica e contextualizada se torna norteadora e representativa desta prática corporal. É preciso que tenhamos em mente sempre dois fatores para uma análise contextualizadas dos documentos aqui apresentados: eles dialogam diretamente com a BNCC e com o chamado Novo Ensino Médio. Tais documentos têm uma forma de ver e encarar a Educação como um todo e cada componente do currículo escolar.

Assim, a Representação do Esporte está situada nesta conjuntura específica que ora dialoga com o rendimento, ora se distanciam. Sua projeção nos dois cursos de Licenciatura de Educação Física de duas Universidades Estaduais da Bahia aponta para um sentido similar. Contudo, outras pesquisas precisam ser realizadas para aprofundar a questão da Representação do Esporte da formação de professores.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria de Educação. **Documento curricular referencial da Bahia:** etapa Ensino Médio. Salvador: SEC, 2021.
- BRACHT, Valter. **Educação Física e ciência:** cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.
- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte:** uma introdução. Espírito Santo: CEFD/UFES, 1997.
- BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. DOU, Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, 2018.
- BRASIL. **Constituição 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Lei nº. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 20 dez. 1996.
- Castellani Filho, Lino *et al.* **Metodologia do ensino de educação física.** Cortez Editora, 2014.
- CEARÁ. Secretaria de Educação. **Documento curricular referencial do Ceará:** Ensino Médio. Fortaleza: SEC, 2021.
- COSTA, Luciane Cristina Arantes da, et al. O esporte na educação física escolar: um conteúdo com potencial emancipador. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 1077-1096, out./dez, 2018.
- DA SILVA, Assis Leão; GRACIANO, André Benedito. As políticas públicas de Educação: o caso do Ensino Médio na região nordeste do Brasil. **Ensaio: aval. pol.públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.30, n.116, p. 695-717, jul./set. 2022.
- DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da educação física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. **Perspectivas em Educação Física Escolar:** Niterói, v. 2, n. 1, 2001.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Censo Demográfico 2022: reflexões iniciais sobre a região Nordeste. Disponível em: <https://demografiaufrn.net/2023/07/12/censo-demografico-2022-reflexoes-iniciais-sobre-a-regiao-nordeste/#:~:text=A%20Regi%C3%A3o%20Nordeste%2C%20com%2054,com%200%2C24%25%20anuais>. Acesso em: 20 Jul. 2023.
- GASKELL, G. **Entrevistas individuais e de grupos.** In: BAUER, M.W. e GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

HILL, M. **Implementação**: uma visão geral. Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2, 2006.

Höfling, E. D. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, n. 21, p. 30-41, 2001.

LIOTI, C. S. ZANATTA, S. C. Cento e vinte anos de Anísio Teixeira: A educação é não somente a base da democracia, mas a própria justiça social. **Research, Society and Development**, n.9, v. 8, 2020.

MARANHÃO. Secretaria do Educação do Estado. **Documento Curricular do Território Maranhense**: Ensino Médio. São Luis: SECEDU, 2022.

MELO, Victor Andrade de. **Dicionário do esporte no Brasil**: do século XIX ao século XX. Campinas: Autores Associados, 2007.

MINAYO, M.C.S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PARAÍBA. Secretaria do Educação do Estado. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba**. João Pessoa: SEC, 2023.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e do Esporte. **Currículo do Pernambuco: Ensino Médio**. Recife: SEE, 2020.

PIAUI. Secretaria de Educação do Estado. **Currículo do Piauí**: um marco para a educação do nosso estado. Teresina: SEDUC, 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. **Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar**. Natal: SEEC, 2021.

ROCHA JÚNIOR, Coriolano Pereira da; DOS SANTOS, Henrique Sena. **Primórdios do esporte no Brasil**: Salvador. Manaus: Reggo Edições, 2015.

SERGIPE. Secretaria de Educação, do Esporte e da Cultura. **Currículo de Sergipe**: integrar e construir – Ensino Médio. Aracaju: SEEC, 2022.

SOUSA, Karine Nogueira de; Souza Priscila Cristiane de. Representação social: um revisão teórica da abordagem. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, 2021.

SPOSITO, Marília Pontes; DE ALMEIDA, Elmir; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Jovens do Ensino Médio e participação na esfera escolar: um estudo transnacional. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 23. ed. São Paulo: Libertad Editora.